

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO ANUAL DA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
(ANO 2007)**

DESEMBARGADOR NEWTON TRISOTTO
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

FLORIANÓPOLIS (SC)
janeiro/08

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Núcleos de Assessoramento	6
1.1.1 Responsáveis pelos Núcleos	6
1.1.2 Atribuições dos Núcleos	6
1.2 Quadro de pessoal e atribuições dos cargos	7
1.2.1 Oficiais de Gabinete	7
1.2.1.1 Do Corregedor Geral	7
1.2.1.2 Do Vice-Corregedor	7
1.2.2 Secretários Jurídicos	7
1.2.2.1 Do Corregedor Geral	7
1.2.2.2 Do Vice-Corregedor	7
1.2.3 Assessoria para Assuntos Específicos	7
1.2.3.1 Do Corregedor Geral	8
1.2.3.2 Do Vice-Corregedor	8
1.2.4 Assessoria Judiciária (dos Juízes-Corregedores)	8
1.2.5 Assessoria Correicional	8
1.2.5.1 Foro judicial	8
1.2.5.2 Foro extrajudicial	8
1.2.6 Secretaria	9
1.2.7 Escritania Correicional	9
1.2.8 Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA)	9
1.2.9 Assessoria de Custas	9
1.2.10 Assessoria de Informática	10
1.2.11 Assessoria de Informática Jurídica	10
1.2.12 Divisão Administrativa	10
1.2.12.1 Seção de Expedientes e Serviços Gerais	10
1.2.12.2 Seção de Arquivo, Documentações e Publicações	10
1.2.13 Divisão Judiciária	10
1.2.13.1 Seção de Registros das Atividades Judiciais	11
1.2.13.2 Seção de Controle dos Serviços Auxiliares	11
1.2.14 Agente Operacional de Serviços Diversos	11
1.2.15 Recepção	11
2 ATIVIDADES	12
2.1 Atividades do Corregedor Geral da Justiça	12
2.1.1 Visitas a comarcas	12
2.1.2 Participação em eventos e reuniões	13
2.1.3 Edição de provimentos	14
2.1.4 Emissão de ofícios-circulares	14
2.2 Atividades do Vice-Corregedor	14
2.2.1 Visitas a comarcas	14
2.2.2 Participação em eventos	15
2.3 Atividades do Núcleo de Assessoramento I	15
2.4 Atividades do Núcleo de Assessoramento II	16
2.4.1 Projetos desenvolvidos	16
2.4.2 Participação em projetos	17
2.4.2.1 Da Presidência	17
2.4.2.2 Diversos	17

2.4.3 Participação em reuniões	17
2.4.4 Pareceres exarados.....	18
2.4.5 Participação em eventos	18
2.4.6 Edição de atos normativos	18
2.4.7 Orientações sem caráter normativo.....	18
2.4.8 Respostas a consultas.....	19
2.4.8.1 Por correio eletrônico.....	19
2.4.8.2 Por telefone	19
2.4.9 Atendimento pessoal	19
2.5 Atividades do Núcleo de Assessoramento III.....	19
2.5.1 Atuação em instrução de Processos Administrativos	19
2.5.2 Inspeções	20
2.6 Atividades do Núcleo de Assessoramento IV	27
2.7 Atividades da Escrivania Correicional.....	30
2.7.1 De orientação	30
2.7.2 De planejamento e de projetos	31
2.7.3 De inspeção.....	31
2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.....	33
2.7.5 Diversas	33
2.8 Atividades da Assessoria Correicional.....	34
2.9 Atividades da Divisão Administrativa	34
2.10 Atividades da Divisão Judiciária	34
2.11 Atividades da Assessoria de Custas.....	37
2.11.1 Atendimento a consultas por telefone	37
2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	37
2.11.3 Atendimento a consultas por <i>e-mail</i> ou fac-símile e telefone	38
2.11.4 Atendimento pessoal	38
2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos	38
2.11.6 Outras atividades	38
2.12 Assessorias de Informática e de Informática Jurídica.....	39
2.12.1 <i>Site</i> da Corregedoria Geral da Justiça	39
2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA	40
2.12.3 Sistema Bacen Jud.....	40
2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários	40
2.12.5 Provimentos e Circulares	41
2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados	41
2.12.7 SAJ/Estatística	41
2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”	41
2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual.....	42
2.12.10 Projeto de Selos.....	42
2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos	42
2.12.12 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché ...	42
2.12.13 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária.....	42
2.12.14 Projeto Banco de Peritos.....	43
2.12.15 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas de Joinville e Balneário Camboriú.....	43
2.12.16 Configuração e instalação da Gerência de Cobrança de Custas Finais-GECOF nas Comarcas de Brusque e Palhoça	43
2.12.17 Emissão de relatórios estatísticos	43

2.12.18 Atendimento	44
2.12.19 Sistema de Gravação de Audiências	44
2.12.20 Sistema de Intimação por Telefone	44
2.12.21 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2007	45
2.12.22 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça	45
2.12.23 Banco de Conhecimento	45
2.12.24 Banco de Sentenças	45
2.12.25 Projeto de Processo Administrativo Virtual	45
2.12.26 Relatório Carcerário Eletrônico	46
2.13 Atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA	46
2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA	46
2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo	47
2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Jaraguá do Sul	47
2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos	47
2.13.5 Levantamento de dados	48
2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação Internacional ..	48
2.13.5.2 Adoções Realizadas	48
2.13.5.3 Habilitação de pretendentes à adoção	48
2.13.5.4 Perfil da Criança Desejado pelos Pretendentes	49
2.13.5.5 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA	49
2.13.5.6 Crianças e adolescentes abrigados	49
2.13.5.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção	49
2.13.6 Propostas para o ano de 2008	50
2.14 Atividades da Secretaria Geral	50
3 PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO JÚRI	50
3.1 Introdução	51
3.2 Primeira Fase	52
3.3 Segunda Fase	54
3.4 Projeto Mutirão do Júri	55
3.5 Considerações finais	56
4 CONCLUSÃO	56
APÊNDICES	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, nos foros judicial e extrajudicial, no ano de 2007.

É oportuno lembrar que, por força do disposto no art. 7º do Regimento Interno desta Corregedoria (RICGJ), ao Vice-Corregedor de Justiça cumpre exercer “*a fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciais e/ou extrajudiciais, inclusive a realização de inspeções e correições*” (inciso II).

1.1 Núcleos de Assessoramento

A Corregedoria Geral da Justiça está estruturada em quatro Núcleos de Assessoramento – Núcleo I (Orientação Institucional); Núcleo II (Planejamento e Projetos); Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar) e Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas) – e possui quadro de pessoal próprio (Lei 5.624/79, art. 380).

1.1.1 Responsáveis pelos Núcleos

- Núcleo I: Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins
- Núcleo II: Juiz-Corregedor Dinart Francisco Machado
- Núcleo III: Juiz-Corregedor Luiz Henrique Martins Portelinha
- Núcleo IV: Juiz-Corregedor Samir Oséas Saad

1.1.2 Atribuições dos Núcleos

- Núcleo I (Orientação Institucional): análise criteriosa dos problemas noticiados a este Órgão Correicional e elaboração de pareceres nos processos atuados; orientação ao público em geral (partes, servidores, magistrados, advogados) acerca dos serviços judiciários; e acompanhamento dos juízes em processo de vitaliciamento;

- Núcleo II (Planejamento e Projetos): análise, desenvolvimento, coordenação e execução de projetos que objetivem a melhoria tanto dos trabalhos internos da Corregedoria como dos seus serviços externos e, principalmente, a busca do

desenvolvimento e evolução da Justiça de Primeiro Grau;

- Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar): atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro judicial; atividade de instrução disciplinar, consistente na coleta de provas para procedimentos e processos administrativos bem como para inquéritos judiciais; e atividade de implantação de varas e comarcas, mediante a coordenação jurisdicional de todo o processo de instalação de novos serviços judiciários, em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça;

- Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas): revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CNCGJ), mantendo-o atualizado em relação às alterações e inovações legislativas; e atividade correicional, por meio de controle e fiscalização dos serviços do foro extrajudicial.

1.2 Quadro de pessoal e atribuições dos cargos

1.2.1 Oficiais de Gabinete

1.2.1.1 Do Corregedor Geral

- Juliana Belzer Ribas

1.2.1.2 Do Vice-Corregedor

- Ilex Rosália Gonçalves

1.2.2 Secretários Jurídicos

1.2.2.1 Do Corregedor Geral

- Marcos Leon Bianchi

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.2.2 Do Vice-Corregedor

- Tábitha de Brida Alberton

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.3 Assessoria para Assuntos Específicos

1.2.3.1 Do Corregedor Geral

- Dulce de Queiroz Piacentini
- Luiza Helena Dozza Rodrigues

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.3.2 Do Vice-Corregedor

- Aline Nonothny
- Dayane Linzmeyer
- Gabriela Selena Viera
- Marcele Maria Estevão

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.4 Assessoria Judiciária (dos Juízes-Corregedores)

- Ana Flávia Mazon Sandrini
- Ana Paula Conti
- Andréia Santos de Oliveira
- Marcélia Cominetti Favarin

1.2.5 Assessoria Correicional

1.2.5.1 Foro judicial

- Andréia Ramos Pereira
- Daniele Ballock
- Dóriam Meurer
- Elizabeth Lukaszewski da Costa
- Geraldo Della Giustina
- Jonas Araújo
- Sérgio Zitta
- Silvana Zardo

1.2.5.2 Foro extrajudicial

- Adolfo Pereira Carpes Neto
- Carlos Augusto Marques
- Luis Gustavo Granzotto de Campos

- Marco Túlio Soares da Costa
- Margareth Regina Reitz Varella
- Nalcir Luis Silva
- Paulo Henrique Horn de Andrade
- Pétersen Ruan da Silva
- Raul Wanderley Eble
- Vinícius Chevalier de Castro
- Xedes Ribeiro Freitas

Atribuições: previstas no art. 18 do RICGJ.

1.2.6 Secretaria

- Paulo Sérgio Pizzolatti Remor (Secretário)
- Ana Dirlei Gonçalves Tenfen
- Júlia Silveira Scarduelli (Estagiária)
- Julio César dos Santos (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 26 do RICGJ.

1.2.7 Escritania Correicional

- Melissa Cavalca Andrade
- Perla Maria Fusinatto Schappo

Atribuições: previstas no art. 17 do RICGJ.

1.2.8 Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA)

- Mery Ann das Graças Furtado e Silva (Secretária)
- Inês Fritzen
- Myrtis Maria Malburg

Atribuições: previstas no art. 14 do RICGJ.

1.2.9 Assessoria de Custas

- Chirlei Viana
- José Luciano Terhorst
- Lady Ignês Donatti

Atribuições: previstas no art. 19 do RICGJ.

1.2.10 Assessoria de Informática

- Luciano Dias
- Mauro Camillo Duarte
- Ricardo Tadeu Boscollo Heleno
- Saulo Silveira de Souza (Terceirizado)

Atribuições: previstas no art. 27 do RICGJ.

1.2.11 Assessoria de Informática Jurídica

- Gilson Luis Nório

Atribuições: previstas no art. 28 do RICGJ.

1.2.12 Divisão Administrativa

- Sônia Maria Schmitt Pasini (Chefe da Divisão)
- Ana Paula Carloto (Bolsista)
- Mayara Guimarães (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 30 do RICGJ.

1.2.12.1 Seção de Expedientes e Serviços Gerais

- Isolde Schutz de Souza (Chefe da Seção)
- Alan Charles Villa Rodrigues (Terceirizado)
- Cristiane Bernadete de Souza

Atribuições: previstas no art. 32 do RICGJ.

1.2.12.2 Seção de Arquivo, Documentações e Publicações

- João Carlos Garcia (Chefe da Seção)
- Edmilson de Souza (Terceirizado)
- Elene Nicolaos Antonakopoulou Pereira

Atribuições: previstas no art. 33 do RICGJ.

1.2.13 Divisão Judiciária

- Antônio Carlos Michelin (Chefe da Divisão)
- Diego Gaudel Caetano (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 35 do RICGJ.

1.2.13.1 Seção de Registros das Atividades Judiciais

- Cristiane Regina da Silva (Chefe da Seção)
- Marcelo Doneda Losso
- Solange Faria de Oliveira

Atribuições: previstas no art. 37 do RICGJ.

1.2.13.2 Seção de Controle dos Serviços Auxiliares

- Neuza Marieta Silveira Medeiros (Chefe da Seção)
- Márcio Vieira

Atribuições: previstas no art. 38 do RICGJ.

1.2.14 Agente Operacional de Serviços Diversos

- Antônio Everaldo da Silva Velho
- Everton Luiz Garcia
- Luciano Saturnino Martins
- Mário Alexandre da Silveira
- Sandro Dutra

Atribuições: previstas na Resolução 48/02-GP.

1.2.15 Recepção

- Eliana Regina Zimmermann (Terceirizada)
- Mariana Gil Cardoso (Terceirizada)

Atribuições: previstas no art. 41 do RICGJ.

2 ATIVIDADES

2.1 Atividades do Corregedor Geral da Justiça

Além daquelas atividades próprias da Corregedoria – orientação, fiscalização e controle das atividades dos juízes e servidores do primeiro grau – o projeto de trabalho de maior repercussão, aquele em que concentramos nossa atenção, consistiu na formulação de política que imprimisse maior celeridade à prestação jurisdicional.

Denominamos nosso principal trabalho de “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”, instituído pela Resolução Conjunta nº 02/07 – GP/CGJ, e sua meta foi a de “*gerar políticas que viabilizem o julgamento dos processos conclusos para decisão há mais de 90 (noventa) dias*”. Os resultados do “PMS 2007” serão apresentados no tópico 3 deste relatório.

2.1.1 Visitas a comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de: Abelardo Luz, Anchieta, Araranguá, Barra Velha, Blumenau (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Ascurra, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó), Canoinhas (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Rio Negrinho, Porto União e São Bento do Sul), Capital (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Biguaçu, Capital, Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e São José), Chapecó (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Abelardo Luz, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Quilombo, Modelo, Palmitos, Ponte Serrada, São Carlos, São Domingos, Seara, Xaxim e Xanxerê), Criciúma (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Araranguá, Armazém, Forquilhinha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo e Urussanga), Campo Erê, Capinzal, Catanduvras, Coronel Freitas, Cunha Porã, Curitiba, Descanso, Forquilhinha, Fraiburgo, Içara, Imaruí, Imbituba, Ipumirim, Itá, Itajaí (reunião com os juízes de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Brusque, Camboriú, Itapema, Navegantes, Porto Belo, São João Batista e Tijucas), Joaçaba (reunião com os juízes de Campos Novos, Capinzal, Catanduvras, Concórdia, Herval d’Oeste, Itá, Ipumirim e Ponte Serrada), Joinville (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul), Lages (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Anita Ga-

ribaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitibaanos, Otacílio Costa, Santa Cecília, São Joaquim e Urubici), Laguna, Maravilha, Mondaí, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Rio do Sul (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Taió e Trombudo Central), Rio Negrinho, São Bento do Sul (reunião com os juízes de Itaiópolis, Canoinhas, Mafra, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho), São Carlos, São José (reunião com os juízes de Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz), São Miguel do Oeste (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondaí, Pinhalzinho, São José do Cedro e São Lourenço do Oeste), Seara, Taió, Tubarão (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Laguna), Urussanga, Videira (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvras, Concórdia, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Lebon Régis, Santa Cecília, Tangará e Videira), Xanxerê e Xaxim.

2.1.2 Participação em eventos e reuniões

- XLIV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Salvador/BA (de 11 a 14 de abril);
- Reunião do Conselho da Justiça Federal, na cidade de Brasília/DF (24 de abril);
- Encontro Nacional de Corregedores Estaduais, Federais, da Justiça do Trabalho e Militar, na cidade de Brasília/DF (de 1º a 4 de maio);
- Reunião com o Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Gilberto Passos de Freitas, como integrante da Comissão constituída pelo Ministro-Corregedor Nacional de Justiça para tratar sobre o fundo de reaparelhamento do Poder Judiciário e sobre a taxa de fiscalização dos serviços cartorários, na cidade de São Paulo/SP (4 de junho);
- Reunião com o Ministro Antônio Pádua Ribeiro como integrante da Comissão acima referida, na cidade de Brasília/DF (11 de junho);
- XLV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de São Paulo (de 8 a 10 de agosto);
- VI Seminário da Infância e Juventude, realizado na cidade de São Paulo/SP (27 e 28 de setembro).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2007 – Dispõe sobre o cumprimento do estágio de convivência nos casos de adoção internacional;
- Provimento 02/2007 – Altera a redação do art. 25 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 03/2007 – Altera o art. 951 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, permitindo aos tabeliães solicitar à Central de Testamentos mantida pela ANOREG/SC informações acerca da existência de disposição de última vontade de pessoa comprovadamente falecida;
- Provimento 04/2007 – Altera disposições da Terceira Parte do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça referentes ao selo de fiscalização das serventias extrajudiciais, constantes da Seção V, Capítulo I, suprime a Seção II e renumera artigos e seções do Capítulo II;
- Provimento 05/2007 – Regulamenta a indicação e a nomeação de Assistente Judiciário e Defensor Dativo por meio de sistema eletrônico;
- Provimento 06/2007 – Acrescenta o art. 206-A e altera a redação dos arts. 203, §§ 1º e 3º, 204, 205, 206 e 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 07/2007 – Altera a redação do art. 317 e acrescenta os arts. 319-A e 319-B ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 08/2007 – Regulamenta os procedimentos relativos às atividades da Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF;
- Provimento 09/2007 – Dispõe sobre o cumprimento de mandados de citação e de intimação de detentos;
- Provimento 10/2007 – Dispõe sobre a gravação fonográfica ou audiovisual das audiências em meio eletrônico.

2.1.4 Emissão de ofícios-circulares

Foram expedidos 31 (trinta e um) ofícios-circulares.

2.2 Atividades do Vice-Corregedor

2.2.1 Visitas a comarcas

O Vice-Corregedor realizou visitas às Comarcas de: Blumenau,

Brusque, Bom Retiro, Braço do Norte, Criciúma, Garuva, Gaspar, Itajaí, Itapema, Jaguaruna, Joaçaba, Joinville, Lages, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, São Francisco, Timbó, Tubarão e Urussanga, abrangendo em torno de 60 (sessenta) serventias extrajudiciais.

2.2.2 Participação em eventos

- XLIV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Salvador/BA (de 11 a 14 de abril);

- XLV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de São Paulo (de 8 a 10 de agosto);

- XLVI ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Aracaju/SE (de 21 a 23 de novembro);

- Eventos promovidos pela ANOREG/SC – Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina:

- Almoços de Idéias em Santa Catarina: São José (16.03), Tubarão (18.05), Mafra (29.06), Itajaí (20.07);

- Encontros Estaduais: Balneário Camboriú (21.04), Fraiburgo (18.08), representado por assessores;

- Encontro Nacional do IRIB – Instituto do Registro Imobiliário do Brasil, realizado na cidade de Florianópolis/SC (24 a 28 de setembro);

- XV Congresso Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, realizado na cidade de Florianópolis/SC (07 a 14 de outubro).

2.3 Atividades do Núcleo de Assessoramento I

- Processos distribuídos: 454 (quatrocentos e cinqüenta e quatro);

- Processos redistribuídos aos outros Núcleos, com parecer: 16 (dezesseis);

- Pareceres finais: 320 (trezentos e vinte);

- Processos aguardando parecer: 118 (cento e dezoito);

- Processos de vitaliciamento concluídos: 28 (vinte e oito);

- Processos de vitaliciamento em curso: 28 (vinte e oito);

- Informações prestadas por telefone: 2.660 (duas mil seiscentas e sessenta);

- Informações prestadas via *e-mail*: 1.476 (mil quatrocentas e setenta e seis);

- Pessoas atendidas pela Juíza-Corregedora: 165 (cento e sessenta e cinco);
- Informações prestadas por telefone pela Juíza-Corregedora: 1.685 (mil seiscentas e oitenta e cinco);
- Pessoas atendidas pela assessoria: 252 (duzentas e cinqüenta e duas).

Observações: a Juíza-Corregedora analisou, ainda, outros 1.015 (um mil e quinze) expedientes não autuados e despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições, correspondências eletrônicas e ofícios.

O setor de informações da Corregedoria, vinculado a esse Núcleo, recebe as ligações relativas ao Disque-Corregedoria (foros judicial e extrajudicial), repassando-as aos Núcleos competentes.

2.4 Atividades do Núcleo de Assessoramento II

2.4.1 Projetos desenvolvidos

- Publicação e capacitação do Manual Prático de Orientação aos Contadores;
- Mutirão do Júri (organização, planejamento e execução);
- Implementação do Ato Regimental 72/2005-TP, relativamente às informações a serem prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções e remoções;
- SAJ/Estatística (em fase de testes);
- Participação no planejamento do projeto de Inspeção e Apoio Operacional;
- Central de Cobrança de Custas – SAJ/pg 3.2.1 e SAJ/CCP, com procedimento virtual (implantação realizada nas Comarcas de Brusque, Palhoça, Araquari, Armazém, Ascurra, Campo Belo do Sul, Forquilha, Garopaba, Herval d'Oeste, Ipumirim, Itá, Itapoá, Modelo, Navegantes, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Santa Rosa do Sul, Pomerode e Itapema) – resolução conjunta;
- Portal de Peritos;
- Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça (em desenvolvimento);
- Mutirão de Sentenças e redução no número de processos con-

clusos;

- Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (projeto-piloto em Joinville);
- Gravação audiovisual de audiências (Provimento 10/2007);
- Implementação do convênio INFOJUD (o TJ aderiu ao convênio firmado entre a Receita Federal do Brasil e o CNJ).

2.4.2 Participação em projetos

2.4.2.1 Da Presidência

- Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Reestruturação das Unidades Judiciárias da Grande Florianópolis;
- Participação e auxílio no desenvolvimento e nas definições do Processo Virtual – SAJ/PG5 (Execução Fiscal e Juizado Especial);
- Videoconferência;
- Criação da Unidade Regional da Execução Fiscal de Joinville e Itajaí;
- Arquivo Central – Sistema de Gerenciamento e proposição normativa;
- Módulo de Assistência Judiciária – SAJ (emitido provimento);
- Depósito de precatórios no sistema de Conta Única;
- Programa de Exames de DNA em audiência em Santa Catarina – PRODNASC (proposta de resolução conjunta).

2.4.2.2 Diversos

- Apoio na organização do III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna;
- Representação da Corregedoria junto à CGInfo (reuniões mensais e participação em vários projetos, *v.g.* módulo de assistência judiciária);
- Realização de 06 (seis) instruções em processos administrativos em trâmite nesta Corregedoria.

2.4.3 Participação em reuniões

O Núcleo participou de 75 (setenta e cinco) reuniões sobre diver-

os temas:

- Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF;
- Módulo SAJ/Estatística;
- Transferência da manutenção da tabela de conduções (autos n. 257019-2006.0);
- INFOJUD;
- PRODNASC.

2.4.4 Pareceres exarados

Foram proferidos:

- pareceres: 95 (noventa e cinco);
- minutas de pareceres: 74 (setenta e quatro).

2.4.5 Participação em eventos

O Núcleo II envolveu-se diretamente na realização de alguns eventos, um deles, que se estendeu por diversos pólos de capacitação do Estado, em que foram apresentadas as principais alterações (orientações da CGJ) e reforço das práticas que geram dúvidas e problemas (mapas estatísticos, Bacen Jud, INFOSEG, Inscrição em dívida ativa, Assistência Judiciária etc.).

Participou, ainda, de cinco eventos, quais sejam: Encontro de Oficiais de Justiça; Encontro dos Escrivães Judiciais; Encontro de Contadores Judiciais; Abertura da Capacitação dos contadores nas comarcas a serem atendidas pela GECOF e, por fim, II Encontro dos Comissários da Infância e Juventude.

2.4.6 Edição de atos normativos

Participação na edição dos seguintes atos normativos:

- Resoluções: 12 (doze);
- Provimentos: 5 (cinco);
- Circulares: 7 (sete);
- Ofícios-circulares: 16 (dezesesseis).

2.4.7 Orientações sem caráter normativo

O Núcleo II também foi responsável pela elaboração e divulgação de 8 (oito) documentos de orientação (sem caráter normativo), destacando-se a inscri-

ção em dívida ativa via Sistema de Administração Tributária – SAT e os procedimentos afetos ao PRODNASC.

2.4.8 Respostas a consultas

2.4.8.1 Por correio eletrônico

Foram respondidas consultas, por correio eletrônico, relativas aos seguintes temas:

- Bacen Jud: 760 (setecentos e sessenta);
- SAT: 240 (duzentos e quarenta);
- PRODNASC: 225 (duzentos e vinte e cinco);
- Diversos: 2.300 (dois mil e trezentos).

2.4.8.2 Por telefone

- tas;
- Assuntos diversos: aproximadamente 600 (seiscentas) consultas;
 - Bacen Jud: 250 (duzentas e cinqüenta) consultas;
 - SAT: 30 (trinta) consultas;
 - PRODNASC: 20 (vinte) consultas.

2.4.9 Atendimento pessoal

Foram realizados cerca de 40 (quarenta) atendimentos pessoais a advogados, servidores, procuradores e a terceiros.

2.5 Atividades do Núcleo de Assessoramento III

2.5.1 Atuação em instrução de Processos Administrativos

Durante o ano de 2007, o Núcleo III atuou na instrução de diversos processos administrativos. Do total, os seguintes números foram obtidos:

- Processos que tramitaram no núcleo: 104 (cento e quatro);
- Pareceres proferidos: 120 (cento e vinte);
- Processos iniciados (distribuídos originariamente): 76 (setenta e seis);

- Processos iniciados (redistribuídos de outro núcleo): 28 (vinte e oito);

- Processos encerrados: 70 (setenta);

- Processos em tramitação: 34 (trinta e quatro);

- Pessoas ouvidas: 74 (setenta e quatro);

- Relatórios de Inspeção: 16 (dezesesseis).

2.5.2 Inspeções

Por determinação de Desembargador Corregedor e em continuidade ao cumprimento do Programa de Correições, no ano de 2007 o Núcleo III realizou inspeções em 15 comarcas, abrangendo 29 unidades judiciárias, conforme quadro do item 2.7.3.

O escopo dos trabalhos foi, basicamente, averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo entre cartório e gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça.

Naquelas em que foi constatada a necessidade de otimizar os trabalhos, a equipe correicional atuou com Apoio Operacional.

1) Comarca de Taió

a) Atividades: Inspeção Correicional focada no gabinete da magistrada, sendo analisados aspectos como a triagem dos processos, a separação por grau de complexidade e o estabelecimento de fluxo. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassado aos servidores orientações para as necessárias correções.

b) Determinações:

- Organização e remessa das mais de 800 caixas de processos arquivados na comarca para o Arquivo Central.

2) Comarca de Joinville (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis e 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública)

a) Atividades: Inspeção Correicional na 1ª e 3ª Vara Cível, sendo praticadas, além das atividades típicas de inspeção em cartório e gabinete, ações de apoio operacional. Os cartórios e os gabinetes foram reorganizados, inclusive com mu-

dança de leiaute do mobiliário. Para atender às necessidades urgentes da 1ª Vara foi requisitada à Diretoria de Informática 01 (uma) impressora *laser* para o cartório e, ao Tribunal, armários de portas para o gabinete. Na 2ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis, bem como na 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública, foram realizadas apenas atividades de apoio operacional.

b) Determinações:

- envio de cópia dos relatórios à Presidência do Tribunal de Justiça, para análise das solicitações de cada unidade e possível lotação de mais técnicos judiciários;

- remessa de ofício à Diretoria de Informática a fim de viabilizar a troca dos equipamentos de informática;

- envio de ofício ao Diretor do Fórum para resolver questões relativas à Central de Mandados.

3) Comarca de São João Batista

a) Atividades: O escopo do trabalho foi averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização cartorária, a organização do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo dos diagnósticos rotineiros de uma inspeção correicional. A Inspeção concentrou-se na maior parte do tempo no cartório cível, em razão de ter o maior volume de processos.

b) Determinações:

- realizar mutirões internos para fazer frente a determinados serviços;

- somente em casos excepcionais, utilizar nos processos os índices de atos processuais;

- através de ofício à Presidência, para o Setor de Engenharia tomar providências com vistas a resolver problema da sala da assessoria que não tem porta de acesso, estando os assessores obrigados a passar pelo gabinete do juiz ou então pela sala de audiências.

4) Comarca de Joinville (Vara da Infância e Juventude)

a) Atividades: Inspeção correicional a fim de averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o

cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, visando a instrução dos autos nº CGJ 0287/2007, em que o requerente, Dr. Alexandre Morais da Rosa, Juiz de Direito titular da unidade, solicitava afastamento para cursar o doutorado no exterior.

5) Comarca de São José (1ª Vara Cível)

a) Atividades: inspeção correicional voltada para o cartório judicial, com análise da estrutura física, organização, divisão e fluxo dos trabalhos.

b) Determinações: envio de cópia do relatório ao magistrado titular da unidade e ao escrivão judicial para a regularização das inconsistências que foram levantadas por ocasião dos trabalhos ali realizados.

6) Comarca de Criciúma (1ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional voltada para o cartório judicial, com análise da estrutura física, organização, divisão e fluxo dos trabalhos. Os servidores receberam capacitação e orientações para realizar as necessárias correções.

b) Determinações:

- envio de cópia do relatório à Presidência do Tribunal de Justiça e ao magistrado titular da unidade;

- remessa de ofício ao Diretor do Fórum para atendimento às determinações da ata;

- instauração de processo administrativo contra servidor.

7) Comarca de Itajaí (1ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional destinada à análise da organização e do fluxo do cartório, ao cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça e principalmente à situação e andamento dos processos de réus presos. Os servidores receberam capacitação e orientações para as necessárias correções. Foram realizadas alterações no leiaute da unidade, foi redefinido o fluxo dos processos e instalada impressora no cartório.

b) Determinações – expedição de ofício para a:

- Presidência do Tribunal encaminhando cópia do relatório e solicitando a revisão da divisão das competências, inclusive para análise de eventual

instalação de vara regional de execução penal;

- Diretoria de Informática, com vistas a melhorar a performance dos computadores da unidade, remeter um micro e uma impressora para o salão do júri e realizar estudo sobre a questão dos pesos na distribuição dos processos entre as varas;

- Academia Judicial, a fim de que sejam ministrados cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ e ao módulo de execução penal.

8) Comarca de Itajaí (2ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional destinada à análise da organização e do fluxo do cartório e gabinete, ao cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, e, em especial, ao andamento dos processos de réus presos e à situação do Juizado Especial Criminal. Os servidores receberam orientações acerca dos procedimentos aplicados na unidade.

b) Determinações – Expedidos ofícios:

- à Presidência do Tribunal de Justiça para o setor de engenharia proceder a estudos e implementar medidas necessárias à melhoria do espaço físico do gabinete do magistrado, e para que o setor de patrimônio melhore as condições mobiliárias do cartório judicial;

- à Academia Judicial para ministrar cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ.

9) Comarca de Orleans

a) Atividades: inspeção correicional em que foram averiguados a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça; foram otimizados, ainda, os trabalhos de apoio operacional. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações para as necessárias correções.

10) Comarca de Santa Cecília

a) Atividades: Inspeção Correicional focada no gabinete para analisar aspectos como a triagem dos processos, a separação por grau de comple-

xidade e o estabelecimento de fluxo, entre outras particularidades detectadas em processo administrativo. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações para as necessárias correções, com posterior atividade de apoio operacional focado no cumprimento das sentenças, despachos e/ou decisões interlocutórias, juntada de petições, certificação dos prazos, arquivamento de processos, bem como reorganização dos escaninhos e reestruturação do cartório na área criminal.

b) Determinações:

- remessa de 259 armas de fogo ao exército;
- envio de ofício à Academia Judicial para que sejam ministrados cursos de capacitação aos servidores.

11) Comarca de Blumenau (5ª Vara Cível)

Atividades: A Inspeção foi voltada a averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete, o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, bem como a produtividade e o desempenho na função do magistrado titular da vara, visando a instrução dos autos nº CGJ 0609/2007, em que o magistrado solicitava afastamento para cursar o doutorado no exterior.

12) Comarca da Capital (Norte da Ilha)

Atividades: Inspeção focada no gabinete e para averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo de diagnósticos típicos de inspeção correicional.

13) Comarca de Lages (3ª Vara Criminal)

Atividades: o trabalho foi de inspeção correicional.

Foi oficiado à Presidência para:

- dentro do possível, designar um Juiz Cooperador para a 3ª Vara Cível a fim de ajudar a enfrentar o acervo de processos conclusos;
- determinar ao setor de engenharia que promova estudos e melhoria do espaço físico do gabinete, principalmente no que respeita à ventilação;
- se possível, proporcionar a padronização do mobiliário da uni-

dade;

- se existente nos estoques, determinar aos setores competentes a remessa de impressora para o cartório agilizar a carga de autos para os advogados.

14) Comarca de Videira (1ª e 2ª Varas)

Atividades: Inspeção em cartório visando averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário bem como a organização do gabinete, o fluxo dos processos, a verificação do acervo, o pessoal, as instalações físicas e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça. Além disso, foi efetuado levantamento do funcionamento de todos os setores do fórum a fim de obter um diagnóstico geral da comarca.

15) Comarca de Maravilha

Atividades: inspeção correicional para averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, otimizando, ainda, os trabalhos de apoio operacional. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações procedimentais. O leiaute da unidade foi alterado, inclusive com redefinição de fluxo de processos.

16) Comarca de Itapoá

Atividades: inspeção com o objetivo de averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, otimizando, ainda, os trabalhos de apoio operacional, sem prejuízo de diagnósticos típicos de inspeção correicional. Os servidores receberam orientações procedimentais e informações para procederem às correções de algumas falhas encontradas. O leiaute de parte da unidade foi alterado, inclusive com redefinição de fluxo de processos.

Foi enviado ofício à:

- Presidência do Tribunal de Justiça para que o setor de engenharia proceda a estudo e implemente as medidas necessárias à melhoria do espaço físico da sala de audiências da vara, e para que o setor de patrimônio melhore as condições mobiliárias do cartório judicial;

- Academia Judicial para ministrar cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ;

- Diretoria de Informática para que tome ciência da lentidão do sistema Go-Global na unidade e, se possível, providencie a instalação de um servidor na unidade.

ESTATÍSTICA DE REDUÇÃO DE ACERVO NAS UNIDADES EM QUE HOUVE INSPEÇÃO CORREICIONAL COM APOIO OPERACIONAL

COMARCA	UNIDADE	ATIVOS NA ENTRADA	ATIVOS NA SAÍDA
Taió	Vara única	6.119	6.053
Joinville	1ª cível	14.866	13.435
	2ª cível	3.442	3.423
	3ª cível	7.814	7.157
	4ª cível	8.846	8.841
	5ª cível	9.983	9.992
	2º Fazenda	68.304	67.781
	J. Esp. Cível	28.390	17.537
Criciúma	1ª criminal	4.394	4.203
Itajaí	1º criminal	5.486	4.527
	2º criminal	4.093	3.795
Orleans	Vara única	4.988	4.844
Santa Cecília	Vara única	4.374	4.037
Maravilha	Vara única	4.262	3.889
Itapoá	Vara única	34.237	33.321
Chapecó	1ª cível		

2.6 Atividades do Núcleo de Assessoramento IV

- Fiscalização das serventias extrajudiciais e orientação dos responsáveis para a correção de eventuais equívocos decorrentes de interpretação das normas elencadas no CNCGJ e legislação pertinente;
- Realização de correições nos cartórios extrajudiciais relacionados no Quadro 2 do Anexo 1;
- Ampliação da equipe correicional, com a participação de cinco novos integrantes oriundos do quadro de servidores do judiciário catarinense da Justiça de Primeiro Grau;
- Aquisição de veículo tipo “Van” destinado ao aperfeiçoamento da fiscalização do uso correto do selo, bem como das inspeções correicionais;
- Assessoramento da 1ª Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça na elaboração dos quadros demonstrativos das serventias vagas para posterior preenchimento mediante concurso público (remoção ou ingresso na atividade notarial e de registro);
- Participação nos estudos que originaram, junto ao egrégio Conselho da Magistratura, a Resolução nº 08/07, alterando a Resolução nº 12/2006–CM, dando nova redação ao inciso VI do art. 1º, que regulamenta o ressarcimento dos serviços gratuitos praticados pelos delegados notariais e registrais, e estabelece o valor mínimo fixado nas tabelas pelos Anexos 1 a 8; a Resolução nº 09/07, que definiu as circunscrições geográficas dos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de São José, e a Resolução nº 10/07, que definiu as circunscrições geográficas dos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça;
- Implantação do sistema de ressarcimento de atos gratuitos e isentos, em um primeiro momento atingindo as Escrivanias de Paz e posteriormente os demais atos gratuitos e isentos praticados pelas demais serventias;
- Alteração nos sistemas de aquisição de selos utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças;
- Cooperação junto à Diretoria de Informática para viabilizar a compra de selo pago e recolhimento do FRJ via boleto bancário por acesso a *internet*;
- Implantação de sistema de busca de atas de inspeções correicionais;

- Desenvolvimento, apresentação e entrega do CD CGJ-EXTRA, contendo uma base de consultas, orientações sobre o selo de fiscalização, coleta da principal legislação atinente à área extrajudicial, objetivando ser material de apoio destinado aos Magistrados do Registro Público ou Diretores do Foro e aos serventuários extrajudiciais;

- Implantação dos ressarcimentos de atos gratuitos a todas as serventias extrajudiciais;

- Implantação da ajuda de custo, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) às escritanias de paz com pouca rentabilidade, propiciando condições de funcionamento. As atividades próprias dessa atribuição encontram-se especificadas no Quadro 6 do Apêndice 1 e no Gráfico 7 do Apêndice 2 deste relatório;

- Aperfeiçoamento dos Assessores Extrajudiciais mediante participações no XXXIV Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis promovido pelo IRIB – Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (24 a 28 de setembro) e XV Congresso de Registradores de Pessoas Naturais, promovido pela ARPEN – Associação de Registradores de Pessoas Naturais (07 a 14 de outubro), ambos na cidade de Florianópolis/SC;

- Reuniões regionais com os cartorários do Estado para apresentação das alterações no Código de Normas da CGJ, relativas à esfera extrajudicial, em que foram relatados os principais problemas constatados durante as inspeções ocorridas em 2005-2007, objetivando uma atuação pró-ativa a fim de aprimorar a qualidade do serviço público prestado, com o envolvimento de 580 serventuários extrajudiciais, que aconteceram nas seguintes cidades, com as respectivas comarcas participantes: 1) Joinville (29.10): Araquari, Barra Velha, Balneário Piçarras, Garuva, Guaramirim, Itapopá, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul; 2) Blumenau (01.11): Ascurra, Brusque, Gaspar, Indaial, Itajaí, Navegantes Pomerode e Timbó; 3) São José (06.11): Camboriú, Balneário Camboriú, Biguaçu, Florianópolis, Itapema, Porto Belo, Palhoça, São João Batista, Santo Amaro da Imperatriz e Tijucas; 4) Tubarão (08.11): Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imbituba, Imaruí, Jaguaruna e Laguna; 5) Criciúma (13.11): Araranguá, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo e Urussanga; 6) Mafra (20.11): Canoinhas, Itaiópolis, Rio Negrinho, Papandua e Porto União; 7) Rio do Sul (22.11): Ituporanga, Ibirama, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Santa Cecília, Taió e Trombudo Central; 8) Lages (27.11): Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Otacílio Costa, São Joaquim e Urubici; 9) Chapecó (29.11): Abelardo Luz,

Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, , São Domingos, Seara, Xanxerê e Xaxim; 10) Videira (04.12): Caçador, Capinzal, Campos Novos, Catanduvas, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Joaçaba, Lebon Régis e Tangará; e 11) São Miguel do Oeste (11.12): Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaí, Palmitos, Pinhalzinho, São João do Cedro e São Lourenço do Oeste;

- Participação, em parceria com a TV Barriga Verde, da campanha “Sou do Bem”, que permitiu o acesso gratuito das pessoas menos favorecidas à prática de atos da vida civil, desenvolvendo um trabalho de grande importância para a sociedade catarinense, por meio da promoção de casamentos coletivos (mais de 3000 casamentos celebrados), com prévio encaminhamento de toda a documentação para os cartórios das cidades participantes;

- Alteração da legislação relativa à Lei Complementar estadual nº 175/98, com a elaboração da Lei Complementar estadual nº 365/06, que criou novos tipos de selos – os especiais Escritura com Valor e D.U.T., bem como instituindo novos valores, alterando a aplicação e o uso do selo, e ainda mantendo e ampliando seus caracteres de segurança, ampliando a fonte de custeio para pagamento das despesas decorrentes do ressarcimento dos atos gratuitos e da ajuda de custo;

- Desenvolvimento do projeto de modernização do selo, sistema de controle do selo e vinculação do selo ao ato;

- Criação de novo *design* para os novos selos, atendendo a novel legislação;

- Atualização do Manual de uso do selo de fiscalização, com a impressão pela empresa contratada para a edição;

- Prorrogação do contrato celebrado com a empresa American BankNote S/A para a manutenção do fabrico e distribuição do Selo;

- Elaboração dos Cartazes da Gratuidade conferida pela Lei estadual nº 13.671/05;

- Atualização do Código de Normas no tocante ao Selo de Fiscalização, Gratuidade e Ressarcimento (art. 565 em diante);

- Edição de provimentos e circulares destinados à transição do antigo selo ao novo, quanto ao seu uso e aos aspectos financeiros;

- Orientação por telefone e via eletrônica relativamente às alterações ocorridas no uso do selo de fiscalização;

- Divulgação do CNCGJ, do Manual do selo de fiscalização, legislação e demais normatizações pela via eletrônica – portal da Vice-Corregedoria;
- Controle de aquisição e distribuição e arrecadação pela venda dos selos de fiscalização às serventias. As atividades próprias dessa atribuição encontram-se especificadas nos Quadros 4 e 5 do Apêndice 1, e nos Gráficos 5 e 6 do Apêndice 2 deste relatório;
- Aquisição de 205 microcomputadores destinados às escritanias de paz de baixa rentabilidade, a fim de incluí-las na era digital, contribuindo para uma maior eficiência na prestação dos serviços extrajudiciais;
- Respostas às consultas das serventias e dos cidadãos em geral, por meio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br);
- Elaboração de estudos, lavratura de pareceres técnicos e instrução de processos;
- Elaboração de projeto de reestruturação da Vice-Corregedoria, com o pedido de criação de estrutura e cargos destinados ao bom e fiel funcionamento dos serviços da Corregedoria Geral da Justiça com relação à área extrajudicial.

2.7 Atividades da Escrivania Correicional

A Escrivania Correicional iniciou o ano de 2007 tendo como integrantes os escrivães correicionais: Márcio Leandro Carvalho de Cesaro e Perla Maria Fusinato Schappo. Em junho, em substituição ao escrivão Márcio, assumiu o cargo Melissa Cavalca Andrade.

A participação das escrivães correicionais ocorreu nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

2.7.1 De orientação

- Respostas a consultas recebidas por *e-mail*: 285 (duzentas e oitenta e cinco);
- *E-mails* enviados relativos ao Mutirão de Sentenças: 1.043 (um mil e quarenta e três);
- Respostas a consultas efetuadas por telefone: 250 (duzentas e cinquenta) aproximadamente;
- Resposta a consultas feitas pelo Pandion: 30 (trinta) aproximadamente;

- Participação como palestrante no curso de preparação dos novos juízes;
- Participação como palestrante no “I Encontro dos Escrivães Judiciais”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação na escolha dos temas para o “I Encontro dos Distribuidores Judiciais”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação no “I Encontro dos Oficiais de Justiça”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação na escolha dos temas para o “I Encontro dos Comissários da Infância e Juventude”, organizado pela Academia Judicial.

2.7.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de providimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a. do cronograma de viagens do Núcleo III, para realização de inspeções correicionais e apoio operacional;
 - b. da implementação da central de cobrança de custas;
 - c. da padronização e definição de procedimentos para as rotinas cartoriais;
 - d. de alterações e adaptações no sistema SAJ/pg;
 - e. de temas referentes ao Mutirão de Sentenças e Despachos;
 - f. dos custos com correio – possibilidade de redução dos gastos do Tribunal de Justiça com correio – utilização correta dos ARs-MP, AR e sedex;
 - g. do FUNAD e FUNPEN – possibilidade dos recolhimentos serem feitos pelo Tribunal, nos mesmos moldes que tem sido feito o recolhimento dos valores retidos do Imposto de Renda;
 - h. do Tribunal Regional Eleitoral – possibilidade das informações de condenação serem feitas eletronicamente;
 - i. dos processos suspensos – definição de que os processos suspensos não mais figuram como processos em andamento no SAJ/pg.

2.7.3 De inspeção

No trabalho de campo as escrivães desenvolveram suas ativida-

des com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

As escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional e apoio operacional nas seguintes unidades:

MÊS	DATAS	COMARCA	ATIVIDADE
Fevereiro	13 a 16	Taió	Inspeção
Fev/Março	26 a 16	Joinville (Varas Cíveis e Faz. Pública)	Insp. e Apoio
Abril	10 a 12	São João Batista	Inspeção
Abril	25	Joinville (Inf. Juv.)	Inspeção
Maio/Jun	07 a 06	São José (2ª Vara Cível)	Inspeção
Maio	07 a 11	Criciúma (1ª Vara Criminal)	Inspeção
Maio	21 a 01	Itajaí (1ª Vara Criminal)	Insp. e Apoio
Maio	11 a 15	Itajaí (2ª Vara Criminal)	Insp. e Apoio
Junho	02 a 06	Orleans	Insp. e Apoio
Julho	10 a 13	Santa Cecília	Inspeção
Julho	16 a 20	Trombudo Central	Apoio
Agosto	06 a 17	Joinville (1ª e 4ª Vara Cível)	Apoio
Agosto	21	Blumenau (5ª Vara Cível)	Inspeção
Agosto	22	Capital (Norte da Ilha)	Inspeção
Ago/Set	27 a 06	Joinville (JEC)	Apoio
Setembro	03 a 06	Lages (3ª Vara Cível)	Inspeção
Setembro	17 a 21	Santa Cecília	Apoio

Outubro	08 a 11	Videira (todas)	Inspeção
Outubro	15 a 19	Maravilha	Insp. e Apoio
Out/Nov	29 a 01	Itapoá	Insp. e Apoio
Novembro	19 a 23	Chapecó	Insp. a Apoio
Novembro	26	Lages (Vara da Faz. Pub., Exec. Fisc, Ac. Trab. e Reg. Pub.)	Inspeção

2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

2.7.5 Diversas

- Assessoramento dos Juízes-Corregedores e do Juiz de Direito de Segundo Grau Jaime Ramos na instrução de processos disciplinares, no âmbito judicial e extrajudicial, notadamente na tomada de depoimentos nas Comarcas de Lages, Catanduvas, Joaçaba, Tubarão e Laguna;

- Assessoramento do Juiz de Direito de Segundo Grau José Carlos Karsten Koeller na instrução de processos criminais de competência do Tribunal de Justiça;

- Participação da elaboração da minuta do provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2007;

- Mutirão de Sentenças: a atividade da escrivania correicional no Mutirão de Sentenças 2007 foi a de secretariar o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Newton Trisotto, e a Juíza-Corregedora Dra. Soraya Nunes Lins, especificamente no controle das unidades participantes do Mutirão de Sentenças, dos juízes participantes do Mutirão, do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ. Destinação para as comarcas de processos encaminhados à CGJ. Verificação e análise da situação das comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário. E, ainda, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças.

2.8 Atividades da Assessoria Correicional

- Apoio na elaboração dos pareceres e dos estudos afetos aos processos e projetos dos Núcleos I e II;
- Auxílio às Inspeções Correicionais e Apoios Operacionais realizados pelo Núcleo III;
- Auxílio às Inspeções Correicionais realizadas pelo Núcleo IV.

2.9 Atividades da Divisão Administrativa

As atividades são aquelas próprias das atribuições definidas no art. 30 do RICGJ. Nos Quadros 1 a 3 do Apêndice 1 e nos Gráficos 1 a 4 do Apêndice 2 deste relatório encontram-se especificadas as atividades realizadas.

2.10 Atividades da Divisão Judiciária

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária estão abaixo indicadas:

- Finalização da primeira etapa do sistema de estatística, desenvolvido em parceria com a empresa *Softplan*, o qual foi disponibilizado, em caráter experimental, a todos os magistrados e escrivães do Estado, que podem acessar os principais relatórios estatísticos da sua e de outras unidades judiciárias;
- Apresentação, para análise pelo Corregedor Geral da Justiça, de proposta de modificação no cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Tendo em vista o Ato Regimental 72/2005, do Tribunal Pleno, e a adoção do SAJ/Estatística como ferramenta de trabalho por parte da Corregedoria, foi proposta a reformulação nos critérios de agrupamento das sentenças, decisões e audiências realizadas, bem como a contabilização de todos os despachos proferidos;
- Participação no II Encontro da Rede Infoseg (Rede de Informações de Segurança Pública e Justiça), realizado em Brasília/DF, no período de 01 a 03 de outubro. No encontro foi discutida e aprovada a proposta de integração das informações sobre condenações e mandados de prisão provenientes do Judiciário Catarinense com a Rede (*internet*), através do sistema de comunicação atualmente existente na Secretaria de Segurança Pública de Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina. Também foram apresentados os principais aperfeiçoamentos introduzidos na Rede, como por exemplo: disponibilização de acesso às informações da Receita Federal, com pesquisa do CPF e CNPJ, que permitirá o cruzamento das informações das pessoas ju-

rídicas (proprietários, sócios e a respectiva participação acionária); início da estruturação de um banco nacional de Identificação Civil, que já conta com as informações do Estado do Rio de Janeiro e, em breve, incluirá Santa Catarina e mais três Estados; melhoria na segurança do sistema, com nova blindagem do *site*, reformulação do teclado virtual e melhor definição nos perfis dos usuários; modificação no leiaute da página etc.;

- Continuidade do trabalho de integração entre a Corregedoria/Tribunal e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC) e o CIASC, acerca do banco de mandados de prisão ativos. Visando corrigir problemas constatados no banco de mandados de prisão do CIASC/SSP. Realizamos três reuniões técnicas (final de dez/06; maio/07 e outubro/07), nas quais foi apresentada e aprovada a proposta de atualizar a base de dados da SSP/SC através do sistema da CGJ. A Assessoria de Informática desta CGJ já disponibilizou os registros necessários, restando apenas a adequação do sistema por parte da SSP/CIASC;

- Participação do Chefe da Divisão, na qualidade de palestrante, no I Encontro de Escrivães, coordenado pela Academia Judicial e realizado no dia 31 de julho. Na oportunidade, foram apresentados e debatidos os seguintes assuntos: sistemas Detranet, Pro-3 e Infoseg (cadastro e gerenciamento de usuários, consultas); SAJ/Estatística (acesso, principais consultas e tipos de relatórios); esclarecimentos adicionais acerca da alimentação do SAJ/pg nas informações que repercutem na Corregedoria.

- Revisão das informações relativas aos mandados de prisão ativos, constantes do Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências. Em virtude de deficiência na alimentação do SAJ/pg, que ocasionou o acúmulo de aproximadamente 20.000 mandados em aberto no sistema da Corregedoria, expediu-se o Ofício-circular nº 09, de 22/02/2007, juntamente com as instruções complementares acerca do correto procedimento relativo ao SAJ/pg, efetuando-se a correção do problema.

- Fornecimento de informações estatísticas ao Conselho Nacional de Justiça para composição do banco de “Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”;

- Confecção e manutenção das planilhas com as atividades judicantes dos magistrados e remessa a eles;

- Controle e atualização, na *intranet/internet*, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense etc.);

- Desenvolvimento, em conjunto com as Assessorias de Informática e Informática Jurídica, de relatório eletrônico, a ser preenchido diretamente na *intranet*, para a coleta das informações acerca dos estabelecimentos penais;

- Organização e repasse, ao Tribunal Pleno, de informações referentes aos processos de promoção, remoção e opção de magistrados (Ato Regimental 72/05), por meio de relatórios de produtividade, neles incluídos os dados relativos às médias de produtividade das comarcas e das varas semelhantes àquela em que o magistrado atuou, observada a especificidade da unidade;

- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Detrannet, Infoseg, Pro-3 e Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências.

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão durante este ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitados: 6.720 (seis mil setecentos e vinte);

- Mapas estatísticos auditorados: 164 (cento e sessenta e quatro);

- Mapas estatísticos regeados (correção de problemas – acertos em virtude do mutirão): 498 (quatrocentos e noventa e oito);

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 88 (oitenta e oito);

- Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos – não considerados quando inscritos em mais de um processo para a mesma pauta): 316 (trezentos e dezesseis);

- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 22.888 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e oito*);

- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: 19.401 (dezenove mil quatrocentos e um*);

- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 9.520 (nove mil quinhentos e vinte*);

- Registros de mandados de prisão captados via SAJ: 23.711 (vinte e três mil setecentos e onze*);

- Fornecimento de Certidões de antecedentes: 629 (seiscentos e vinte e nove);

- Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas: 75 (setenta e

cinco);

- Despachos em processos diversos: 52 (cinquenta e dois).

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão etc. Ressalta-se, ainda, que a grande quantidade de mandados de prisão importados se deve ao acerto efetuado no banco de dados (Ofício Circular nº 09/07).

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça de Primeiro Grau e às Casas da Cidadania constam dos Quadros 7 e 8 do Apêndice 1, e dos Gráficos 8 a 11 do Apêndice 2.

2.11 Atividades da Assessoria de Custas

2.11.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: consultas sobre valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do SAJ/CTS; incidência e retenção de imposto de renda; auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrars de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos; Fundo de Reaparelhamento da Justiça; orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no *site* da Corregedoria Geral da Justiça.

2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 51 (cinquenta e um) pareceres em processos;
- 19 (dezenove) pareceres envolvendo cálculos.

2.11.3 Atendimento a consultas por e-mail ou fac-símile e telefone

- 2.197 (dois mil cento e noventa e sete) e-mails;
- 32 (trinta e dois) faxes;
- 3.170 (três mil cento e setenta) telefonemas.

2.11.4 Atendimento pessoal

- 83 (oitenta e três) pessoas atendidas.

2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Atualização do Manual do Contador Judicial;
- Participação da Assessoria no 1º Encontro dos Contadores Judiciais e no 1º Encontro dos Distribuidores;
- Participação nas reuniões acerca da cobrança do selo de fiscalização, Fundo de Reaparelhamento da Justiça, sistema de distribuição de títulos, criação da Gerência de Custas, implementação do novo sistema de Custas e Cálculo Processual (CCP);
- Capacitação dos servidores da contadoria da Comarca da Capital;
- Estudos de medidas para a não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/pg e SAJ/Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação nas forças-tarefas realizadas nas Comarcas de Pomerode e Itapema;
- Estudos para implementação de custas judiciais na *internet*;
- Elaboração de “perguntas e respostas” sobre imposto de renda e custas judiciais.

2.11.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na *internet*;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.

2.12 Assessorias de Informática e de Informática Jurídica

Durante o ano de 2007, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional desta Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores da CGJ, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas cabe ressaltar:

2.12.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do *site* para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as novas informações, destacam-se:

- Jurisdição Delegada;
- Mutirão de Sentenças 2007;
- Portal de Peritos;
- Atualização Monetária;
- Programa DNA;
- Infoseg;
- Código de Normas em HTML revisado;
- Solicitação de GRJ;
- Intranet da CGJ com as seguintes áreas:
 - Divisão Judiciária
 - Assessoria de Custas
 - Legislação
 - Normas e manuais
 - Regimentos

- Orientações
- Comunicados Eletrônicos
- Apresentações
- Contatos
- Lista de Escrivães

2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos

– CUIDA

Realizaram-se inovações nos dois módulos existentes: no Módulo *Web*, em linguagem *Java*, e no Módulo Administrativo, em linguagem *Delphi*. No Sistema *Web* foram incorporadas novas funções por solicitação das assistentes sociais e demais usuários do sistema, de modo que a aplicação se mantenha dinâmica e eficaz; no Sistema Administrativo, por sua vez, foram implementados novos relatórios gerenciais e estatísticos com capacidade de cruzamento de diversos dados, funcionando como uma ferramenta de BI (*Business Intelligence*).

O suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo prestado.

2.12.3 Sistema Bacen Jud

Realizou-se treinamento dos usuários nas Comarcas-pólos, reforçando as orientações para operação no Sistema Bacen Jud, do Banco Central. No treinamento realizado em Fortaleza, do qual participaram dois servidores da Corregedoria, foram apresentadas por funcionários do Banco Central do Brasil as funcionalidades da nova etapa do sistema e o sistema CCS, que poderá entrar em uso, auxiliando o sistema Bacen Jud 2.0. Está prevista para final de fevereiro de 2008 a implantação da nova versão do sistema.

A assessoria tem auxiliado na função de *Master* do sistema e na função de suporte aos usuários, respondendo diariamente aos questionamentos encaminhados por *e-mail* ou telefone.

2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários

O sistema está em pleno funcionamento. No segundo ano consecutivo, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias respectivas para a composição do corpo de jurados.

2.12.5 Provimentos e Circulares

Foi dada continuidade na alimentação dos provimentos no banco de dados e atualizado todo o banco de circulares, de maneira que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no *site* da CGJ.

O próximo passo será a conversão de todo o acervo de ofícios-circulares, hoje em forma de imagem, para o formato de texto, o que possibilita a incorporação desses documentos em um banco com consulta *web*.

2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados

No projeto Cadastro de Magistrados foram desenvolvidas novas ferramentas para a geração de agenda telefônica, entre outros controles internos do sistema.

2.12.7 SAJ/Estatística

O sistema SAJ/Estatística foi disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto se encontra em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema. Em visitas às Comarcas-pólos, por ocasião do Projeto Mutirão de Sentenças 2007, juízes, assessores e escrivães foram capacitados para utilização do sistema. Desde então, esta Assessoria presta suporte a todo o Estado, além de participar das reuniões acerca das melhorias a serem implantadas.

2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

O banco de mandados foi totalmente revisado, de modo que, dos quase 23.000 mandados, restassem 17.000 mandados ativos. Diversas manutenções foram realizadas, inclusive a correção da consulta fonética, no Sistema Administrativo (*Delphi*) para acelerar o processo de captura de novas informações.

Dois servidores da Corregedoria participaram de uma reunião de trabalho na SENASP, em Brasília/DF, com o objetivo de integrar o Poder Judiciário de Santa Catarina à Rede Infoseg. Há um projeto em estudo para a exportação das informações do Rol para a SSP/SC.

2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual

Foram desenvolvidas duas novas versões do Sistema de Inspeção Virtual, além daquela já existente para a Corregedoria. A primeira versão é para as comarcas e a segunda para o Ministério Público.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema bem como auxílio nas inspeções correicionais.

2.12.10 Projeto de Selos

O sistema teve diversos ajustes, principalmente com o desenvolvimento de novos relatórios, assim como mudanças no processo de aquisição de selos, incorporando a possibilidade de uso do boleto. Foi desenvolvido um controle para o pagamento de ajuda de custo e pagamento de novos tipos de atos, e foram implementados os respectivos relatórios.

Foi realizado treinamento e suporte para a nova equipe que assumiu o uso do sistema, o qual passou da Divisão Administrativa da Corregedoria para a Assessoria Correicional Extrajudicial.

2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos

Desenvolveu-se no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, a solicitação de novos tipos de atos praticados pelos cartórios extrajudiciais a serem ressarcidos.

Também foram implementados no Sistema *Web* recursos para cadastramento de solicitações de atos gratuitos ainda não ressarcidos, para estudo de viabilidade econômica, além da solicitação de Selos de Fiscalização do tipo Isento.

Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

2.12.12 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché

Está em acompanhamento/desenvolvimento o *software* que gera os mapas estatísticos da área criminal. Ocorre atendimento, por demanda, às solicitações das divisões administrativa e judiciária, onde foram ajustados os seguintes sistemas: Mapas Estatísticos, Magistrados, Acompanhamento de Processos.

2.12.13 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização

Monetária

Foram feitas inovações no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária, com a possibilidade de se estabelecerem juros com datas distintas do período da atualização.

2.12.14 Projeto Banco de Peritos

O sistema foi disponibilizado à sociedade, para cadastramento – com vistas à construção de um banco de peritos – e consulta. Na fase seguinte deve ser disponibilizado aos magistrados.

2.12.15 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas de Joinville e Balneário Camboriú

Estas foram algumas das atividades realizadas nas inspeções correicionais: repasse de rotinas e de informações do Sistema de Automação de Primeiro Grau (SAJ/pg), com emissão de relatórios e demais atividades relacionadas com as inspeções, cumprimento de despachos, elaboração de relações para publicação no Diário da Justiça Eletrônico, organização dos escaninhos dos cartórios, padronização das etiquetas e nomenclatura dos locais físicos com os existentes no Sistema SAJ/pg.

Ademais, houve atividades de suporte, via rede de dados, com atendimentos dos assessores correicionais, sanando dúvidas acerca dos procedimentos no SAJ/pg, suas configurações e comportamento do sistema.

2.12.16 Configuração e instalação da Gerência de Cobrança de Custas Finais- GECOF nas Comarcas de Brusque e Palhoça

Participação da configuração e instalação do *software* de Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF, nas Comarcas de Brusque e Palhoça, e acompanhamento das atividades relacionadas ao módulo SAJ, visando à racionalização dos trabalhos de cartório e incremento na arrecadação na receita advinda das custas finais.

Acompanhamento do planejamento e implementação da GECOF nas Comarcas de Pomerode e Itapema.

2.12.17 Emissão de relatórios estatísticos

Foram emitidos diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

2.12.18 Atendimento

Foram realizados atendimentos de suporte a sistemas e prestadas orientações aos usuários nos seguintes setores de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

2.12.19 Sistema de Gravação de Audiências

Foi implantado um sistema de gravação de audiência na Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital. Mesclou-se um sistema de monitoramento e segurança junto a um sistema de gravação de áudio.

2.12.20 Sistema de Intimação por Telefone

Nas Comarcas de Joinville e Blumenau, nas varas do Juizado

Especial Cível, foram instalados equipamentos de gravação de conversa telefônica para intimação pelo telefone.

2.12.21 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2007

Elaborou-se uma ferramenta que controla a remessa de lotes de carga e sentenças proferidas pelos Juízes-Cooperadores no Projeto Mutirão de Sentenças 2007. Referido *software* visa extrair informações por juiz, vara, comarca e período, bem como emitir relatório de inconsistências no banco.

2.12.22 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Desenvolveu-se novo *site* visando ampliar a comunicação com os usuários das serventias extrajudiciais e informar acerca das atividades da Vice-Corregedoria.

2.12.23 Banco de Conhecimento

Um banco de conhecimento com diversos tipos de arquivos foi desenvolvido, permitindo o compartilhamento de documentos, busca textual com escore, e diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado em breve para toda a Corregedoria.

No *site* da Corregedoria poderá ser disponibilizada uma consulta ao banco de conhecimento para auxiliar o trabalho de todas as comarcas do Estado.

2.12.24 Banco de Sentenças

Foi gerado um banco de sentenças, ainda em fase de teste, com cerca de 7.000 documentos, que possibilitarão aos magistrados e assessores consultas – por assunto, classe, tipo de sentença – sobre matérias decididas em todo o Estado.

2.12.25 Projeto de Processo Administrativo Virtual

Desenvolveu-se um protótipo de processo virtual, com recursos de movimentação processual, carga, controle de acesso, consulta. Ainda em fase de testes, este sistema necessitará ser homologado para que seja realizada a importação das informações do sistema atualmente utilizado.

2.12.26 Relatório Carcerário Eletrônico

Elaborou-se o Relatório Carcerário Eletrônico, disponibilizado no *site* da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de melhorar as informações coletadas nas visitas aos estabelecimentos prisionais pelos Juízes-Corregedores. Outro aspecto importante dessa ferramenta é que as informações contidas no relatório são armazenadas em banco de dados ORACLE, facilitando a emissão de relatórios estatísticos, para acompanhamento da real situação dos estabelecimentos prisionais.

2.13 Atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção

– CEJA

Esta Comissão apresenta no seu quadro de pessoal três servidoras:

- a. uma assistente social, que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- b. uma técnica judiciária (socióloga);
- c. uma agente administrativa auxiliar (acadêmica do curso de Serviço Social – UFSC).

No seu âmbito de atuação, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

A utilização do sistema – implantado no ano passado e que provocou mudanças expressivas no encaminhamento de crianças para adoção, no acompanhamento de crianças e de adolescentes já abrigados e na produção de relatórios estatísticos – foi acompanhada pela CEJA e avaliada por ocasião do Encontro Estadual de Técnicos, realizado no dia 30 de agosto, em Fraiburgo.

O sistema, já estável e incorporado na rotina de trabalho das técnicas, tem permitido a racionalização de trabalho, a facilitação na comunicação, a agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção etc.

Com a proposta de criação de um banco de dados nacional pelo Conselho Nacional de Justiça, o sistema foi apresentado aos técnicos das Comis-

sões Estaduais Judiciárias de Adoção e das Diretorias de Informática dos Tribunais de Justiça de Roraima, Pará, Espírito Santo e Paraná, objetivando tê-lo como referência para implantação em seus respectivos Estados.

2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo

Dos trabalhos referentes ao acompanhamento e supervisão dos abrigos, destaca-se o desenvolvimento do “Módulo dos abrigos”, concluindo, assim, todos os módulos do CUIDA.

O módulo permitirá aos abrigos o acesso ao sistema, via internet, e a inserção dos dados sobre as crianças abrigadas, trabalho que hoje é realizado pela CEJA.

Com isso, espera-se que, além de agilizar as informações sobre as crianças abrigadas, seja possível estabelecer uma relação de maior integração com as instituições, as quais passam a ser, assim como os profissionais do judiciário, operadores do sistema.

2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Jaraguá do Sul

Em razão do volume de processos afetos à competência das Varas da Infância e da Juventude e da falta de assistentes sociais, foram realizados dois mutirões na Comarca de Jaraguá do Sul, reduzindo o número de processos pendentes de estudo social.

Os mutirões ocorreram nos períodos de 9 a 27 de abril e de 7 a 18 de maio, e resultaram na conclusão de 60 (sessenta) estudos sociais.

2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos

Abaixo estão relacionados os eventos que contaram com a colaboração da CEJA:

- X Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília/DF (29 e 30 de maio);
- Visita aos projetos de abrigo nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Mato Grosso do Sul, selecionados pela AMB na campanha “Mude um Destino”, na condição de avaliadora (12 a 16 de agosto);
- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, em Frai-

burgo (30 de agosto);

- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Fraiburgo (31 de agosto e 1º de setembro);

- Congresso Brasileiro de Magistrados, em São Luis do Maranhão – Premiação do documentário sobre crianças em abrigo (17 e 18 de novembro);

- Seminário de Acolhimento Familiar, em Chapecó (26 e 27 de novembro).

Dentre essas atividades, destaca-se a participação no processo de seleção dos projetos nacionais inscritos na campanha da AMB “Mude um Destino”.

Os eventos realizados mobilizaram os grupos de estudos e apoio à adoção, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juizes, promotores, entre outros, que contabilizaram aproximadamente 700 (setecentos) participantes das discussões de assuntos relacionados à infância e à juventude.

2.13.5 Levantamento de dados

2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação

Internacional

- 5 (cinco) sessões realizadas;

- 107 (cento e sete) processos julgados.

2.13.5.2 Adoções Realizadas

- Residentes em Santa Catarina e em outros Estados: 731 (setecentos e trinta e um);

- Estrangeiros: 60 (sessenta);

Total: 791 (setecentos e noventa e um).

2.13.5.3 Habilitação de pretendentes à adoção

- Residentes em Santa Catarina: 2.057 (dois mil e cinqüenta e sete – 65%);

- Residentes em outros Estados: 840 (oitocentos e quarenta – 26%);

- Estrangeiros: 285 (duzentos e oitenta e cinco – 9%);

Total: 3.182 (três mil cento e oitenta e dois).

2.13.5.4 Perfil da Criança Desejado pelos Pretendentes

a) Quanto ao sexo:

- Feminino: 888 (oitocentos e oitenta e oito – 28%);

- Masculino: 217 (duzentos e dezessete – 5%);

- Sem preferência: 2.077 (dois mil e setenta e sete – 65%);

Total: 3.182 (três mil cento e oitenta e dois).

b) Quanto à idade, há uma inversão no perfil desejado por estrangeiros e por brasileiros. Enquanto 81% destes aceitam adotar crianças com até 3 anos, 82% dos estrangeiros se habilitam para a adoção de crianças com mais de 3 anos.

2.13.5.5 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

- Abrigo institucional: 72 (setenta e dois – 54%);

- Casa Lar: 35 (trinta e cinco – 26%);

- Projeto Famílias Acolhedoras: 20 (vinte – 15%);

- Casa de Passagem: 6 (seis – 5%);

Total: 133 (cento e trinta e três).

2.13.5.6 Crianças e adolescentes abrigados

- Sexo feminino: 653 (seiscentos e cinqüenta e três – 51%);

- Sexo masculino: 641 (seiscentos e quarenta e um – 49%).

Das 1.294 (mil duzentas e noventa e quatro) crianças e adolescentes que se encontram em abrigos, 46% (quarenta e seis) por cento possuem mais de 10 (dez) anos.

2.13.5.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA: 27 (vinte e sete).

2.13.6 Propostas para o ano de 2008

- Realização de seminários de capacitação das assistentes sociais do Poder Judiciário, com a abordagem de questões teórico-práticas da profissão, possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense;
- Organização do V Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado na região do Vale do Itajaí;
- Organização do II Seminário Internacional da Família, Infância e Juventude;
- Organização do Encontro Regional sobre Adoção, a ser realizado em Brusque;
- Visita aos abrigos do Estado para implantação do módulo CUIDA/Abrigos;
- Continuidade dos trabalhos de acompanhamento e de supervisão das instituições de abrigo, por meio de relatórios e visitas eventuais às referidas instituições;
- Continuidade do programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles grupos já organizados.

2.14 Atividades da Secretaria Geral

Além das atribuições previstas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ, a Secretaria Geral desempenhou as seguintes atividades:

- suporte, tanto material quanto físico, aos Núcleos I, II, III e IV para que pudessem desempenhar satisfatoriamente suas atividades;
- interação entre as diversas diretorias do Tribunal de Justiça com a finalidade de solucionar os problemas administrativos e judiciais que aportaram na Corregedoria;
- atendimento de magistrados, advogados, servidores e público em geral para dirimir dúvidas e orientá-los nos procedimentos a serem adotados;
- participação em diversas reuniões realizadas entre a Corregedoria e outros setores do Tribunal de Justiça visando a melhoria dos serviços a serem prestados pelo Poder Judiciário.

3 PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO

JÚRI

3.1 Introdução

Desde o início desta gestão, a Corregedoria concentrou sua atenção no enfrentamento da causa maior da insatisfação dos brasileiros com o Judiciário: *morosidade na prestação jurisdicional*.

Qualquer pesquisa realizada junto à população e mesmo junto aos magistrados certamente apontará a “*morosidade da Justiça*”, que preferimos denominar de “*morosidade do Judiciário*”, como a maior das nossas deficiências, o maior dos nossos males.

A “*morosidade do Judiciário*” alcançou nível de crise nacional, levando os congressistas a inserir o inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição da República, compreendido no Título que trata dos direitos e garantias fundamentais, princípio de evidente natureza programática: “*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”.

Também consagra a Constituição o princípio da isonomia: “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*” (art. 5º, *caput*). O Código de Processo Civil o repete; prescreve que “*o juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código*”, competindo-lhe, dentre outros deveres, “*assegurar às partes igualdade de tratamento*” (art. 125, I).

Os dois princípios citados e as orientações que emanaram do Conselho Nacional de Justiça, notadamente a de nº 1 – que “*orienta as Corregedorias de Justiça quanto à adoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do controle sobre o andamento processual, a fim de evitar excesso injustificado de prazos*” –, levaram-nos a formular plano de trabalho, o qual denominamos “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”, visando minimizar os danosos efeitos da crise da “*morosidade do Judiciário*”. No projeto foi estabelecida uma meta, dirigida a todos os magistrados de Santa Catarina: até o dia 30 (trinta) de junho do corrente ano deveriam ser despachados e julgados todos os processos conclusos anteriormente ao último dia do mês de março deste ano.

Para tanto, os juízes de direito de unidades judiciárias com pequeno movimento forense teriam de aderir ao projeto.

Objetivando difundir a idéia, foram efetuadas reuniões com os ma-

gistrados de todo o Estado, aproveitando – para que não tivessem que se afastar de suas atividades normais e de suas comarcas, e para evitar despesas – aquelas das Coordenadorias dos Magistrados. Foram realizados encontros na Capital, em São Miguel do Oeste, em Chapecó, em Joaçaba, em Lages, em Criciúma e em Blumenau, por mais de uma vez. Visitamos também as Comarcas de Armazém, Barra Velha, Biguaçu, Braço do Norte, Brusque, Camboriú, Canoinhas, Concórdia, Guaramirim, Ibirama, Imaruí, Imbituba, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Gaspar, Mafra, Maravilha, Navegantes, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São João Batista, Timbó, Tubarão, Urubici, Xaxim e Xanxerê.

A receptividade à proposta superou a mais otimista expectativa.

O projeto foi exposto ao Presidente Pedro Manoel Abreu. Com a sua adesão e a afirmação de que teria integral apoio, inclusive na definição dos magistrados que participariam, como cooperadores, do projeto, foi expedida, em conjunto, a Resolução nº 02/07 – GP/CGJ, que, reeditando mutirões que haviam sido realizados pela Corregedoria em anos anteriores, instituiu o “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”.

A execução do projeto teve início com a expedição, em 23.08.06, do Ofício Circular nº 66/06, instando os magistrados a informarem, “*em 30 (trinta) dias, os números dos autos correspondentes aos processos que se encontram para despacho/decisão/sentença há mais de um ano e, separadamente, há mais de dois anos*”.

Surpreendeu a todos, principalmente aos próprios juízes, a quantidade de processos nessa situação: aproximadamente 7.000 (sete mil) com mais de um ano de conclusão e 4.000 (quatro mil) com mais de dois anos.

Esses números despertaram os magistrados para a gravidade do problema.

Mais tarde, foi emitido o Ofício Circular nº 96/06, convidando-os a se inscreverem no “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”. Mais de 60 (sessenta) magistrados o fizeram, indicando o número de processos que poderiam julgar até o dia 30 (trinta) de junho.

Concomitantemente com o desenvolvimento desse projeto, foi implementado o “*Mutirão do Júri*”, cujos resultados também serão abaixo descritos.

3.2 Primeira Fase

No lançamento do “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”, havia no Estado 277 (duzentas e setenta e sete) unidades judiciárias, incluindo aquelas instituídas por ato administrativo.

À época, contávamos com o fato de que os juízes substitutos aprovados no último concurso estariam atuando nas circunscrições judiciárias a partir de março. Isso só veio a acontecer na segunda quinzena de junho. Por essa razão e cientes de que qualquer projeto de trabalho fundado basicamente na motivação deve ter curta duração e metas factíveis, optamos por deixar para uma segunda etapa do projeto as Comarcas de Braço do Norte, Capinzal, Joinville, Orleans, Pomerode e São Francisco do Sul, e algumas unidades das Comarcas de Blumenau e Jaraguá do Sul. Depois, verificamos que seria inviável insistir, nessa primeira etapa, em atender as Comarcas de Araquari, Porto Belo, Jaguaruna, Presidente Getúlio, a 1ª Vara Cível de Concórdia, a 1ª Vara Cível de Brusque e a 2ª Vara Cível de Tubarão.

Duas razões determinaram essa decisão: **a)** havia necessidade de ser efetuada uma reestruturação nos cartórios, mormente na Comarca de Joinville; **b)** se mantidas no projeto, por certo não teríamos como vencer o desafio no prazo estipulado.

Desse modo, consideramos incluídas, na primeira fase do Projeto, 239 (duzentas e trinta e nove) unidades judiciárias. Os dados e resultados seguem abaixo:

a) a primeira fase do projeto ocorreu de 1º de fevereiro a 30 de junho;

b) dele participaram, na condição de cooperadores, 127 juízes (53 titulares e 74 substitutos, incluídos os 28 recém empossados);

c) em torno de 12.700 (doze mil e setecentos) autos foram deslocados de 73 (setenta e três) unidades judiciárias para juízes de outras comarcas;

d) só na Comarca da Capital, que foi eleita como o maior desafio a ser vencido, os juízes das Varas da Fazenda Pública, com o auxílio de outros cinco juízes, julgaram, até o dia 30 (trinta) de junho, aproximadamente 2.700 (dois mil e setecentos) processos conclusos para sentença em 30.03.07. De quatro Varas Cíveis dessa comarca foram retirados e remetidos para 46 (quarenta e seis) juízes-cooperadores por volta de 3.100 (três mil e cem) processos. Da Unidade de Direito Bancário, 718; do Juizado Cível Especial, 973; da 1ª Vara Criminal, 70.

e) em 31.03.07, havia aproximadamente 160.000 (cento e ses-

senta mil) processos conclusos nos gabinetes dos magistrados. Desse total restaram, em 31.07.07, apenas 6.500 (seis mil e quinhentos). A redução foi de mais de 95%;

f) dados coletados no dia 31.07.07 revelam que em 35 (trinta e cinco) unidades judiciárias incluídas na primeira etapa do “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*” não havia processos conclusos até 31.05.07; em 112 (cento e doze) havia até 50 processos; em 31 (trinta e uma), de 51 a 100; em 29 (vinte e nove), de 101 a 200. Em apenas 32 (trinta e duas) unidades judiciárias havia mais de 200 (duzentos) processos conclusos para decisão, despacho ou sentença;

g) tão-somente 33 (trinta e três) unidades judiciárias não alcançaram a meta traçada, isto é, nenhum processo concluso para despacho/decisão/sentença até 31.03.07.

Registro, ainda, que de fevereiro a junho/2006 foram prolatadas no Estado 205.800 (duzentas e cinco mil e oitocentas) sentenças, consideradas todas as unidades judiciárias; no mesmo período deste ano, 225.200 (duzentas e vinte cinco mil e duzentas). O aumento foi de aproximadamente 10%.

Também ocorreu considerável elevação do número de despachos e de decisões interlocutórias, conforme revelam os quadros abaixo:

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média sentenças por juiz-2006	média sentenças por juiz-2007	variação por juiz
205.799	225.241	9,45%	651	727	11,57%

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média despachos por juiz-2006	média despachos por juiz-2007	variação por juiz
748.714	831.506	11,06%	2.369	2.682	13,21%

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média decisões por juiz-2006	média decisões por juiz-2007	variação por juiz
148.469	150.282	1,22%	470	485	3,18%

3.3 Segunda Fase

Em 1º de agosto foi implementada a segunda etapa do “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*”. Registro que durante o segundo semestre deste ano o número de unidades judiciárias no Estado passou para 287 (duzentas e oitenta e sete). Os dados e resultados desta etapa estão abaixo descritos:

a) a segunda fase do projeto ocorreu de 1º de agosto a 30 de novembro;

b) nessa etapa, o “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*” beneficiou 42 (quarenta e duas) unidades judiciárias;

c) dele participaram, na condição de cooperadores, 75 (setenta e cinco) juízes (56 titulares e 19 substitutos);

d) em torno de 7.075 (sete mil e setenta e cinco) autos foram deslocados de 42 (quarenta e duas) unidades judiciárias para juízes de outras comarcas;

e) em 31.07.07, havia aproximadamente 54.700 (cinquenta e quatro mil e setecentos) processos conclusos nos gabinetes dos magistrados das unidades incluídas na segunda fase do mutirão. Desse total restaram, em 30.11.07, apenas 11.200 (onze mil e duzentos) processos. A redução foi de mais de 79%.

Por derradeiro, destaco que de julho a novembro/2006 foram prolatadas no Estado 213.329 (duzentas e treze mil e trezentas e vinte e nove) sentenças – excluídas aquelas prolatadas em ações da Brasil Telecom (aproximadamente 32.200); no mesmo período deste ano, 221.045 (duzentas e vinte e um mil e quarenta e cinco). O aumento foi de aproximadamente 3,6%.

3.4 Projeto Mutirão do Júri

No “*Mutirão do Júri*”, implementado nos meses de abril a junho deste ano, foram realizadas 120 (cento e vinte) sessões nas cinco comarcas com maior incidência de crimes dolosos contra a vida: Capital, Joinville, Chapecó, Itajaí e Videira. Resultaram elas em 75 (setenta e cinco) condenações, 29 (vinte e nove) absolvições e 16 (dezesesseis) decisões de extinção de punibilidade.

Além dos magistrados titulares das varas com competência para esses processos, outros 32 (trinta e dois) aderiram ao projeto voluntariamente.

O espírito do mutirão também contagiou juízes de unidades judiciárias não compreendidas no projeto. O número de sessões do Tribunal do Júri no primeiro semestre deste ano, mais de 300 (trezentas), superou em 100% aquele do

mesmo período do ano passado.

O projeto “jurado voluntário” representou, da mesma forma, inegável sucesso. Cerca de 3.000 (três mil) cidadãos se inscreveram como jurados.

É necessário destacar a cooperação do Ministério Público, que desde o primeiro momento prestou integral e fundamental apoio ao “*Mutirão do Júri*”.

3.5 Considerações finais

Cumpra destacar, primeiramente, que o “*Projeto Mutirão de Sentenças 2007*” foi executado sem despesas extras para o Tribunal de Justiça; não houve pagamento de diárias, gratificações e ressarcimento de gastos com combustíveis.

Como efeitos reflexos do mutirão, constatamos que hoje os juízes estão mais conscientes de que devem dedicar parte do seu tempo ao gerenciamento da unidade judiciária; estão mais conscientes de que os processos devem tramitar de forma a ser preservado o princípio do inciso I do art. 125 do Código de Processo Civil. Estão motivados, com a auto-estima mais elevada.

Na Corregedoria e na Ouvidoria houve expressiva redução da quantidade de reclamações por excesso de prazo na tramitação de processo.

Alguns juízes revelaram que também diminuíram as visitas de advogados a seus gabinetes reclamando despachos e sentenças.

Os resultados do projeto demonstram que doravante será perfeitamente possível, factível, manter a meta, ou seja, que não haja nenhum processo concluso para despacho ou para sentença por mais de 90 (noventa) dias.

4 CONCLUSÃO

Na “*conclusão*” do Relatório da Corregedoria Geral de Justiça do ano de 2006, disse que “*ninguém é uma ilha*” (Martin Luther King).

As atividades desenvolvidas no ano em curso por esta Corregedoria, no plano judicial e no extrajudicial, reforçam a assertiva. Reafirmamos: “*A Corregedoria Geral da Justiça não teria cumprido com sucesso as atribuições que lhe são co-*

metidas por leis e normas regulamentares se não houvesse a imprescindível e eficiente colaboração dos Juízes-Corregedores e dos servidores. Todas as tarefas que executaram são importantes. Sem a conclusão de qualquer delas, não teríamos formado o conjunto e atingido as metas traçadas”.

Pelo apoio recebido, reiteramos os nossos agradecimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Manoel Abreu, e aos seus assessores diretos, Juízes Odson Cardoso Filho, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Romano José Enzweiler.

De nossa parte, atuamos tendo em mente a advertência: “*Não somos responsáveis apenas pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos de fazer*” (Molière). Não nos omitimos.

Por derradeiro, registramos:

a) a realidade da Justiça de Primeiro Grau em Santa Catarina é diferente daquela existente no final do ano p.p. Muito foi feito para minimizar as agruras daqueles que necessitam da prestação jurisdicional. Rendemos nossas homenagens a todos os juízes de direito e substitutos, e a todos os servidores. O mérito de ter sido vencido o desafio apenas a eles deve ser atribuído;

b) jamais foi realizado um trabalho tão intenso e profícuo de fiscalização das atividades delegatórias de serviços registraes e notariaes.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2007

Desembargador Newton Trisotto
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador José Volpato de Souza
VICE-CORREGEDOR DA JUSTIÇA

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 1 – INSPEÇÕES JUDICIAIS

COMARCA	JUDICIAL
CAPITAL (NORTE DA ILHA)	CGJ-0866/2007
ITAJAÍ (1ª VARA CRIMINAL)	CGJ-0530/2007
ITAJAÍ (2ª VARA CRIMINAL)	CGJ-0572/2007
JOINVILLE (1ª VARA CÍVEL)	CGJ-0260/2007
JOINVILLE (3ª VARA CÍVEL)	CGJ-0273/2007
JOINVILLE (2ª VARA CÍVEL)	CGJ-0274/2007
JOINVILLE (4ª VARA CÍVEL)	CGJ-0275/2007
JOINVILLE (5ª VARA CÍVEL)	CGJ-0276/2007
JOINVILLE (1ª VARA FAZ PUB)	CGJ-0277/2007
JOINVILLE (2ª VARA FAZ PUB)	CGJ-0278/2007
LAGES (3ª VARA CÍVEL)	CGJ-0626/2007
ORLEANS	CGJ-0613/2007
SANTA CECÍLIA	CGJ-0861/2007
SÃO JOÃO BATISTA	CGJ-0822/2007
TAIÓ	CGJ-0259/2007

QUADRO 2 – INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

COMARCA/SERVENTIA	PROCESSO
ARAQUARI (Tabelionato de Notas) (**)	
ARARANGUÁ (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0365/2007
ARARANGUÁ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0363/2007
ARARANGUÁ (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0373/2007
ARARANGUÁ (Registro Civil)	CGJ-E 0366/2007
ARARANGUÁ (Escrivania de Paz de Maracajá)	CGJ-E 0372/2007
ARMAZÉM (Escrivania de Paz de São Martinho) (*)	CGJ-E 0108/2006
ASCURRA (Escrivania de Paz de Rodeio)	CGJ-E 0802/2007
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (1º Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0163/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Registro Civil) (*)	CGJ-E 0379/2006
BIGUAÇU (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0987/2007
BIGUAÇU (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0986/2007
BOM RETIRO (Escrivania de Paz de Alfredo Wagner)	CGJ-E 0819/2007
BOM RETIRO (Registro Civil)	CGJ-E 0818/2007
BOM RETIRO (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0821/2007
BOM RETIRO (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0820/2007
BOM RETIRO (Escrivania de Paz do Distrito de Canoas)	CGJ-E 0867/2007
BRAÇO DO NORTE (Escrivania de Paz de Rio Fortuna) (*)	CGJ-E 0109/2006
BRUSQUE (Registro Civil)	CGJ-E 0556/2007
BRUSQUE (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0555/2007
BRUSQUE (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0554/2007
CAMPO BELO DO SUL (Registro Civil e de Imóveis)	CGJ-E 0800/2007
CAMPO BELO DO SUL (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0431/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do 4º Subdistrito da Trindade)	CGJ-E 1011/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito da Barra da Lagoa)	CGJ-E 0950/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito da Cachoeira)	CGJ-E 0979/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Pântano do Sul) (*)	CGJ-E 0626/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Ribeirão da Ilha) (*)	CGJ-E 0241/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Saco dos Limões) (*)	CGJ-E 0242/2006
CHAPECÓ (Escrivania de Paz do Distrito de Marechal Bormann) (**)	CGJ-E 0277/2006
CRICIÚMA (Escrivania de Paz de Siderópolis)	CGJ-E 0364/2007
GAROPABA (Escrivania de Paz de Paulo Lopes) (*)	CGJ-E 0205/2006
GARUVA (Registro Civil) (*)	CGJ-E 0649/2006
GARUVA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0143/2007
GARUVA (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0653/2006
GASPAR (Registro Civil)	CGJ-E 1021/2007
GASPAR (Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0454/2007
GASPAR (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0453/2007
GUARAMIRIM (Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0496/2005
ITAJAÍ (1º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0598/2006
ITAJAÍ (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0286/2007
ITAPEMA (Registro Civil)	CGJ-E 0622/2007
ITAPEMA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0619/2007
JAGUARUNA (Registro Civil)	CGJ-E 383/2007
JAGUARUNA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0384/2007
JAGUARUNA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0382/2007
JARAGUÁ DO SUL (Tabelionato de Notas) (*) (**)	CGJ-E 0114/2006

COMARCA/SERVENTIA	PROCESSO
JOAÇABA (1º Tabelionato de Notas) Proc. Adm. CM	CGJ-E 0087/2007
JOINVILLE (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0427/2007
JOINVILLE (3º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0429/2007
JOINVILLE (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0426/2007
JOINVILLE (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0425/2007
JOINVILLE (Registro Civil)	CGJ-E 0428/2007
JOINVILLE (Escrivania de Paz do Distrito de Boa Vista) (*)	CGJ-E 0249/2006
LAGES (Registro Civil)	CGJ-E 0801/2007
LAGES (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0263/2007
LAGES (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0218/2007
LAGES (4º Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0351/2006
LAGES (Escrivania de Paz de Painel)	CGJ-E 0262/2007
LAGUNA (Tabelionato de Notas) (**)	CGJ-E 0368/2006
PALHOÇA (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0299/2006
PALMITOS (Registro Civil)	CGJ-E 0906/2007
PALMITOS (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0905/2007
PALMITOS (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0904/2007
PAPANDUVA (Registro Civil)	CGJ-E 1042/2007
PAPANDUVA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 1012/2007
PORTO BELO (Escrivania de Paz de Bombinhas)	CGJ-E 0119/2007
RIO DO SUL (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0505/2007
RIO DO SUL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0496/2007
RIO DO SUL (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0499/2007
RIO DO SUL (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0504/2007
SÃO CARLOS (Registro Civil)	CGJ-E 0120/2007
SÃO CARLOS (Registro de Imóveis) (*) (**)	CGJ-E 0557/2006
SÃO CARLOS (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0564/2006
SÃO FRANCISCO DO SUL (1º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0851/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0857/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0852/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0856/2007
TIJUCAS (Registro Civil)	CGJ-E 1045/2007
TIJUCAS Registro de Imóveis	CGJ-E 1054/2007
TIJUCAS (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0077/2007
TIMBÓ (Escrivania de Paz de Benedito Novo)	CGJ-E 0774/2007
TIMBÓ (Escrivania de Paz de Rio dos Cedros)	CGJ-E 0776/2007
TIMBÓ (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0775/2007
TIMBÓ (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0789/2007
TUBARÃO (2º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0462/2006
TUBARÃO (Ofício de Protesto anexado ao 2º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0460/2006
URUSSANGA Escrivania de Paz de Morro da Fumaça (**)	CGJ-E 0610/2007
URUSSANGA (Registro Civil)	CGJ-E 0584/2007
URUSSANGA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0586/2007
URUSSANGA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0611/2007

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correicional.

(**) Serventias em que foram realizadas inspeções para transmissão de acervo pela equipe correicional.

**QUADRO 3 – ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

MÊS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
ATIVIDADE													
Ofícios expedidos	217	187	356	257	386	342	268	346	289	366	326		3340
Ofícios recebidos	480	457	752	579	711	455	562	647	463	615	434		6155
Circulares	1	5	5	3	2	0	4	3	1	3	3		30
Portarias	1	8	36	3	4	13	86	3	4	12	2		172
Provimentos	0	0	2	0	2	0	0	1	3	1	1		10
Processos autuados	54	46	114	105	92	99	93	129	102	99	94		1027
Processos encerrados	49	37	71	92	63	61	49	1	29	33	42		527
Processos ativos	5	9	43	13	29	38	44	128	73	66	52		500
Processos digitalizados	26	29	15	89	89	92	117	0	54	61	48		620
Ofícios Circulares	3	7	13	11	15	6	11	12	12	23	11		124

**QUADRO 4 – ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)**

MÊS	SELOS ISENTOS	SELOS NORMAIS	SELOS NORMAIS DE 2 ATOS	SELOS NORMAIS DE 4 ATOS	SELOS ISENTOS DE 2 ATOS	SELOS D.U.T.	SELOS DE ESCRITURA COM VALOR	TOTAL
jan	598.416	1.079.808	14.976	1440	5.280			1.699.920
fev	391.680	502.512	9.552	1.488	2.880	52416	22.560	983.088
mar	231.552	990.240	19.488	2.304	1.200	86.544	41.952	1.373.280
abr	151.008	1.055.280	11.904	1.776	960	44.736	7.056	1.272.720
mai	147.984	1.307.712	15.696	432	960	50.080	9.600	1.532.464
jun	164.880	1.195.296	24.912	2.064	720	55.536	9.072	1.452.480
jul	156.000	1.333.872	21.888	1.440	960	53.184	10.128	1.577.472
ago	128.304	1.505.712	26.592	11.808	240	57.504	11.040	1.741.200
set	103.488	1.237.872	23.280	9.264	0	41.280	9.984	1.425.168
out	165.840	1.450.224	26.736	6.768	960	67.824	9.744	1.728.096
nov	92.832	1.435.584	39.648	5.808	240	58.368	10.272	1.642.752
dez								
TOTAL	2.331.984	13.094.112	234.672	44.592	14.400	567.472	141.408	16.428.640

**QUADRO 5 – RESSARCIMENTOS
(NÚCLEO DE ACESSORAMENTO IV)**

MÊS	NASCIMEN- TOS	ÓBITOS	NATI- MORTO	CERTI- DÃO 2ª VIA	HABILITA- ÇÃO DE CASAMENTO	CERTIDÃO TABELIONA- TO NOTAS	CERTIDÃO REGISTRO DE IMÓ- VEIS	CERTIDÃO TÍTULO DOCUMENTO	CERTIDÃO PESSOA JURÍDICA	TOTAL DE ATOS	VALOR RESSARCIMENTO
jan	7.680	2.503	61	1.124	51	59	1.528	2	31	13.039	R\$ 332.461,60
fev	6.885	2.205	56	1.257	91	37	1.403	3	33	11.970	R\$ 304.701,19
mar	8.032	2.604	50	1.836	77	34	1.428	7	76	14.144	R\$ 354.869,14
abr	7.021	2.439	68	1.910	190	62	1.558	14	51	13.313	R\$ 335.152,50
mai	7.234	2.767	104	2.256	436	59	1.414	16	92	14.378	R\$ 385.584,64
jun	7.305	2.818	38	1.898	291	36	900	22	104	13.412	R\$ 363.525,84
jul	7.139	3.144	86	2.446	698	113	1.511	29	147	15.313	R\$ 428.565,84
ago	7.060	3.141	47	2.421	397	44	1.332	62	158	14.662	R\$ 386.290,94
set	6.286	2.487	60	2.621	650	47	1.617	22	136	13.926	R\$ 377.634,98
out	5.657	2.422	43	3.042	714	11	952	1	115	12.957	R\$ 364.447,87
nov											
dez											
TOTAL	70.299	26.530	613	20.811	3.595	502	13.643	178	943	137.114	R\$ 3.633.234,54

**QUADRO 6 – AJUDA DE CUSTO (Valor x mês)
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)**

AJUDA DE CUSTO		
Mês	Valor	Nº cartórios
jan		
fev		
mar	R\$ 48.259,20	176
abr	R\$ 88.000,00	176
mai	R\$ 88.000,00	176
jun	R\$ 88.000,00	176
jul	R\$ 153.951,80	205
ago	R\$ 103.500,00	207
set	R\$ 103.500,00	207
out	R\$ 103.500,00	207
nov	R\$ 103.500,00	207
dez		
Total	R\$ 880.211,00	

**QUADRO 7 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

Ano	Processos Iniciados - total	Execuções Fiscais Iniciadas	Iniciados SEM Execuções	Processos Encerrados - total	Execuções Fiscais Encerradas	Encerrados SEM Execuções	Processos Julgados - total	Execuções Fiscais Julgadas	Julgados SEM Execuções	Em Andamento final do ano - total (*)	Execuções Fiscais em Andamento	Em Andamento Sem Execuções
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	305.556	64.570	240.986	839.081	275.897	563.184
2001	542.599	116.352	426.247	412.812	51.785	361.027	302.947	46.747	256.200	987.981	328.167	659.814
2002	616.933	135.412	481.521	514.959	84.123	430.836	378.885	86.175	292.710	1.114.686	381.478	733.208
2003 *	667.280	142.118	525.162	550.014	89.987	460.027	385.996	70.788	315.208	1.408.976	513.020	895.956
2004	714.434	136.602	577.832	565.341	81.688	483.653	412.680	77.236	335.444	1.634.389	586.379	1.048.010
2005	704.333	101.933	602.400	648.175	88.502	559.673	465.628	92.492	373.136	1.722.546	614.827	1.107.719
2006	783.871	132.055	651.816	787.952	104.927	683.025	580.244	110.014	470.230	1.769.731	662.419	1.107.312
2007**	834.222	123.764	710.458	844.415	143.348	701.067	578.896	107.768	471.128	1.820.645	660.188	1.160.457

(*)

Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG.

(**) Dados reais até o mês de outubro/2007. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2007 foram projetados.

**QUADRO 8 – ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	0	0	
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	83	18	22%
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	44	27	61%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	115	68	59%
ASCURRA	ASCURRA	478	326	68%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	162	124	77%
BRUSQUE	BOTUVERÁ	27	19	70%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	111	59	53%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	290	103	36%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	54	21	39%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	71	58	82%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	110	71	65%

CAPINZAL	IPIRA	111	78	70%
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	23	18	78%
CAPINZAL	OURO	23	14	61%
CAPINZAL	PIRATUBA	191	130	68%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	156	69	44%
CATANDUVAS	JABORÁ	141	38	27%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	65	45	69%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	57	40	70%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	103	12	12%
CRICIÚMA	RIO MAINA	152	40	26%
CRICIÚMA	CRICIÚMA	247	35	14%
CURITIBANOS	CURITIBANOS	0	0	
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	153	30	20%
FRAIBURGO	FRAIBURGO	234	114	49%
FRAIBURGO	MONTE CARLO	139	110	79%
GARUVA	GARUVA	195	50	26%
GASPAR	ILHOTA	76	20	26%
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	38	12	32%

IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	14	6	43%
INDAIAL	INDAIAL	395	243	62%
ITUPORANGA	IMBUIA	53	37	70%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	0	0	
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	21	13	62%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	22	14	64%
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	123	95	77%
JOAÇABA	JOAÇABA	96	23	24%
JOAÇABA	LUZERNA	6	2	33%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	25	16	64%
LAGES	FACVEST	0	0	
MARAVILHA	IRACEMINHA	240	110	46%
MARAVILHA	MARAVILHA	0	0	
PINHALZINHO	SAUDADES	28	15	54%
PRES. GETÚLIO	DONA EMMMA	122	50	41%
PRES. GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	250	97	39%
PRES. GETÚLIO	VITOR MEIRELES	82	44	54%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	152	90	59%

QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	12	12	100%
QUILOMBO	IRATI	4	4	100%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	153	64	42%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	71	25	35%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	0	0	
RIO DO SUL	AGRÔNOMICA	52	32	62%
RIO DO SUL	AURORA	23	12	52%
RIO DO SUL	LONTRAS	120	61	51%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	6	1	17%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	112	50	45%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	149	127	85%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	21	29	
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	841	153	18%
TAIÓ	MIRIM DOCE	42	42	100%
TAIÓ	SALETE	35	13	37%
TIJUCAS	CANELINHA	31	31	100%
TIJUCAS	TIJUCAS	860	717	83%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	357	115	32%

TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	82	34	41%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	101	40	40%
TIMBÓ	TIMBÓ	155	96	62%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	187	135	72%
TUBARÃO	TUBARÃO	513	143	28%
URUSSANGA	COCAL DO SUL	0	0	
TOTAIS		9205	4540	49%

APÊNDICE 2 – GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ACOMPANHAMENTO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

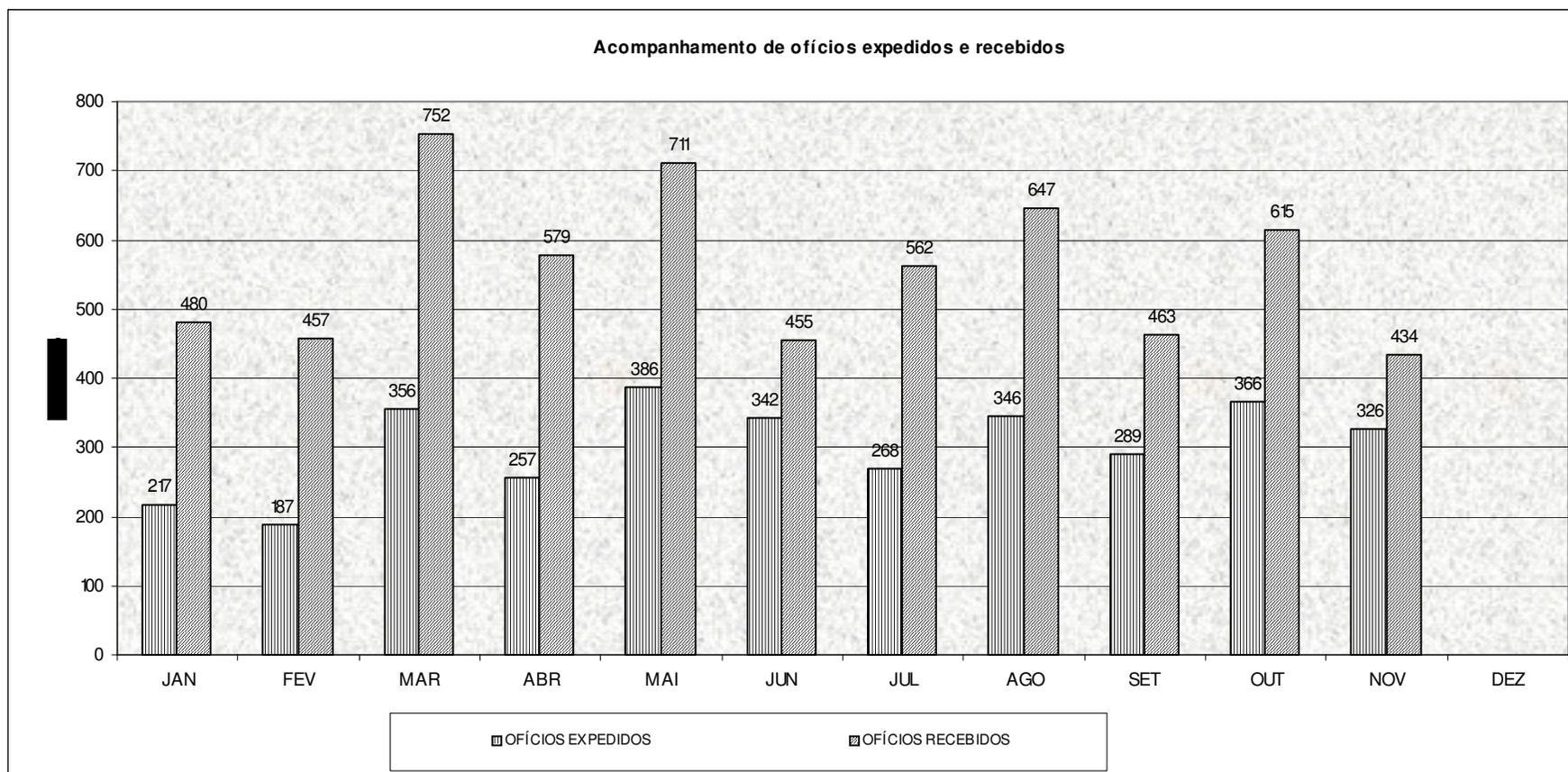


GRÁFICO 2 – ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

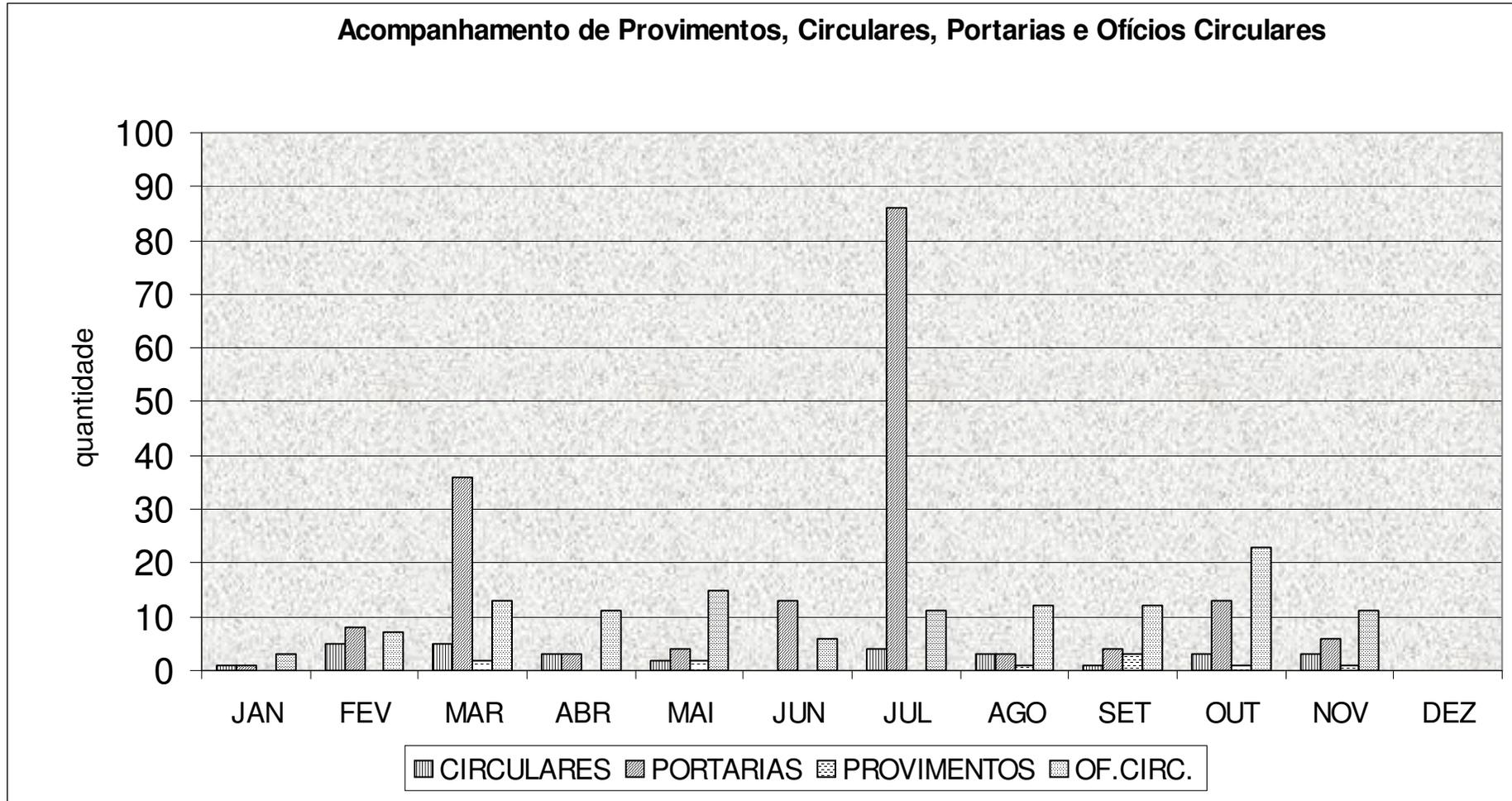
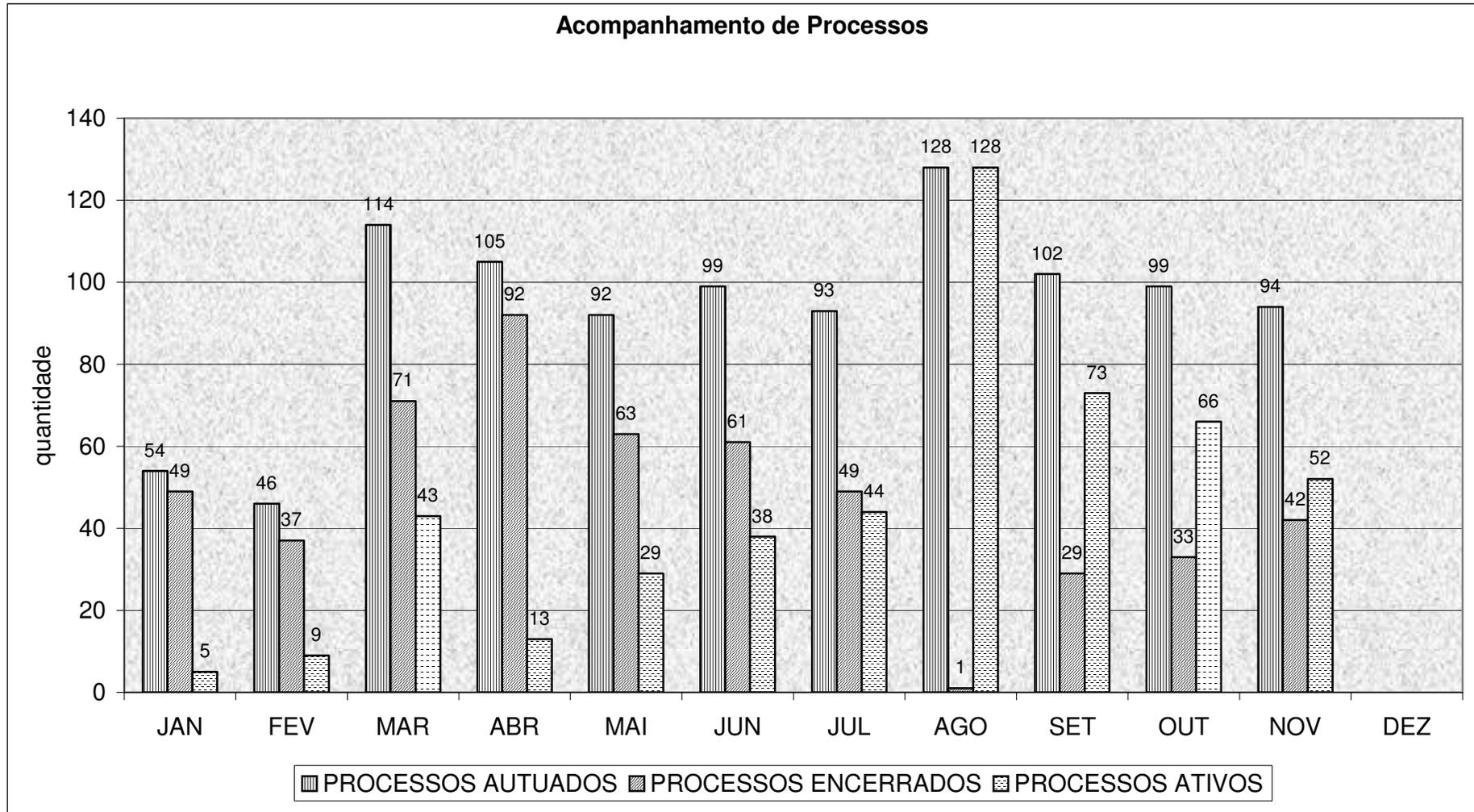
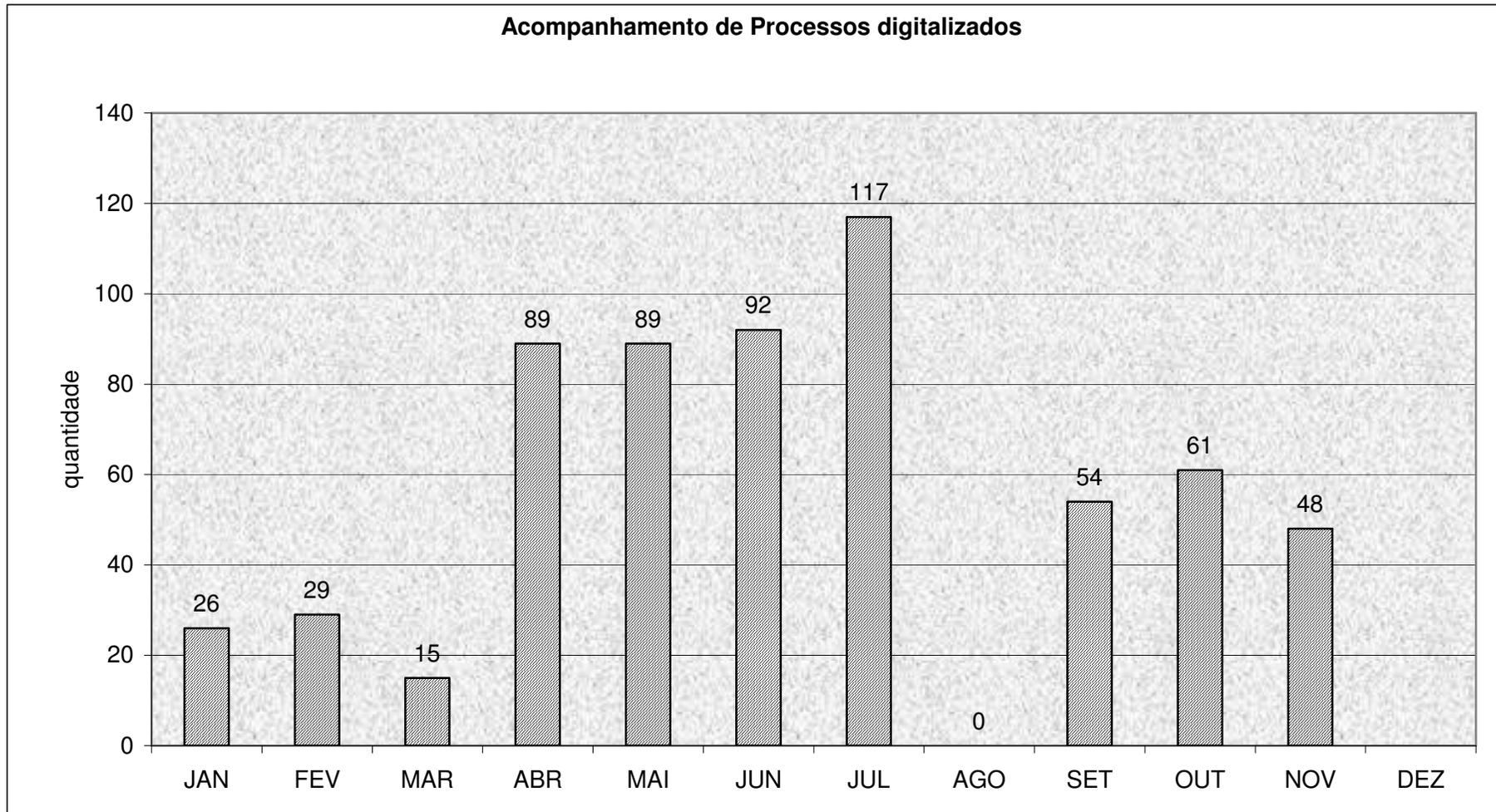


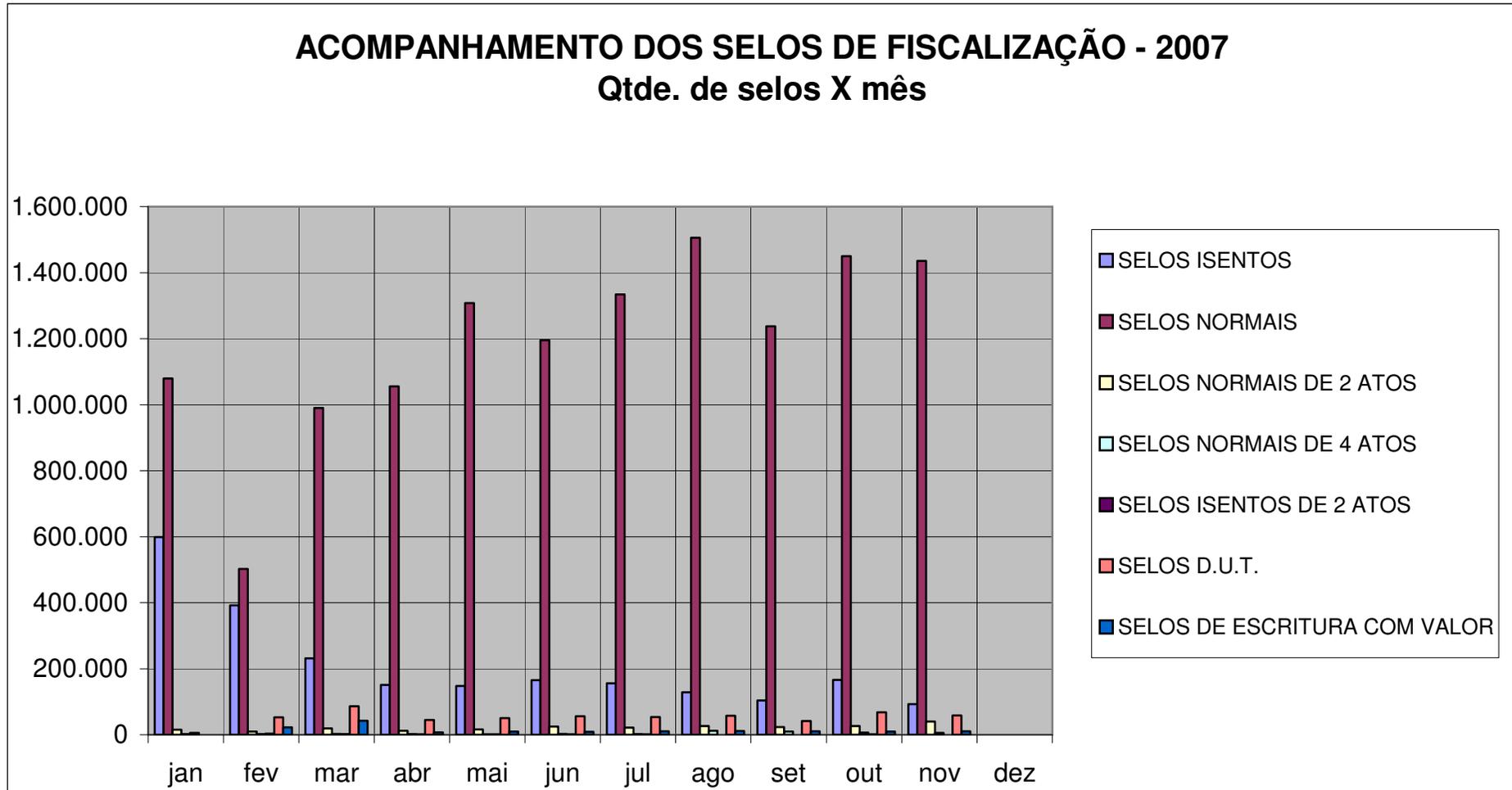
GRÁFICO 3 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)



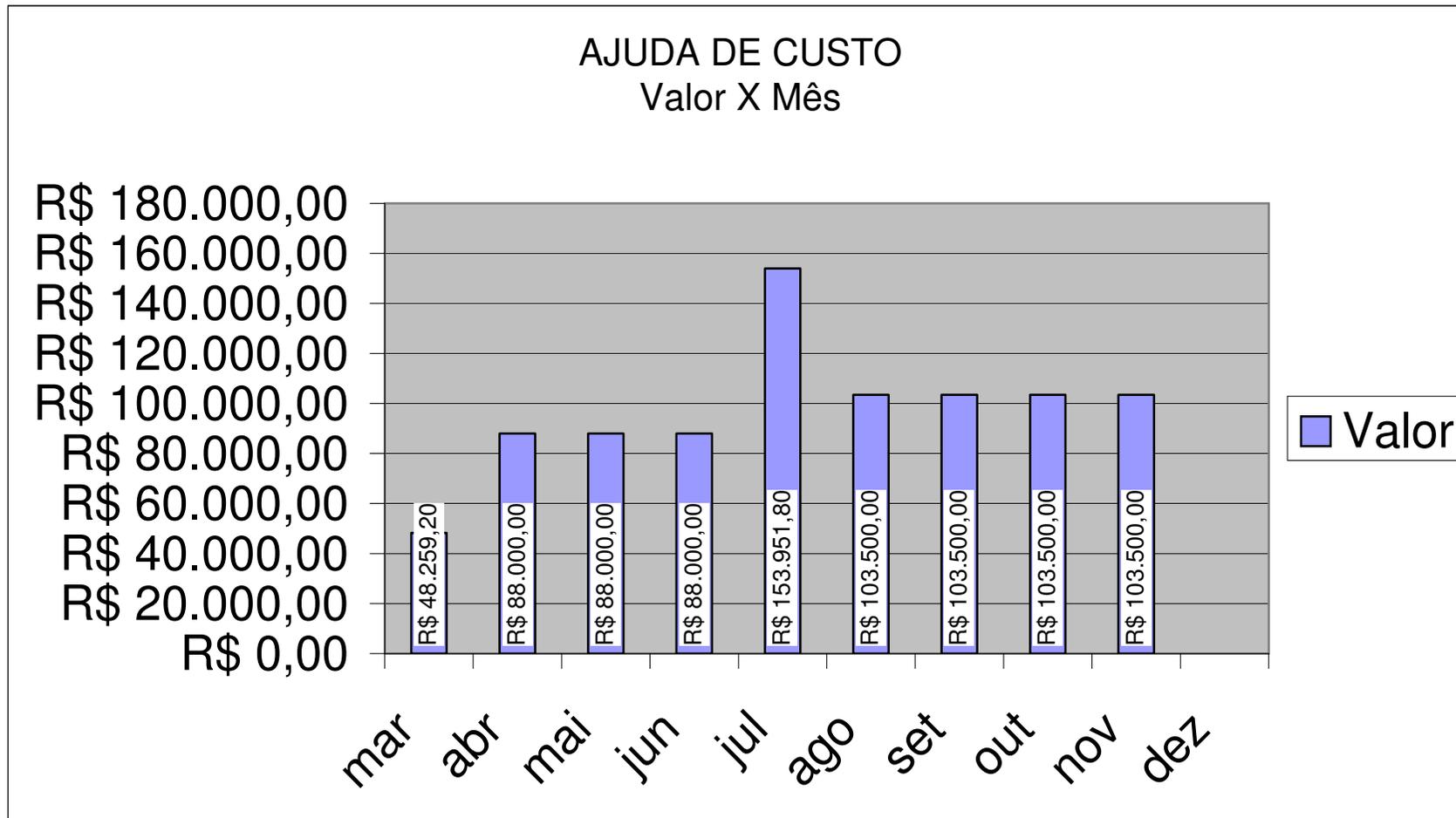
**GRÁFICO 4 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DIGITALIZADOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**



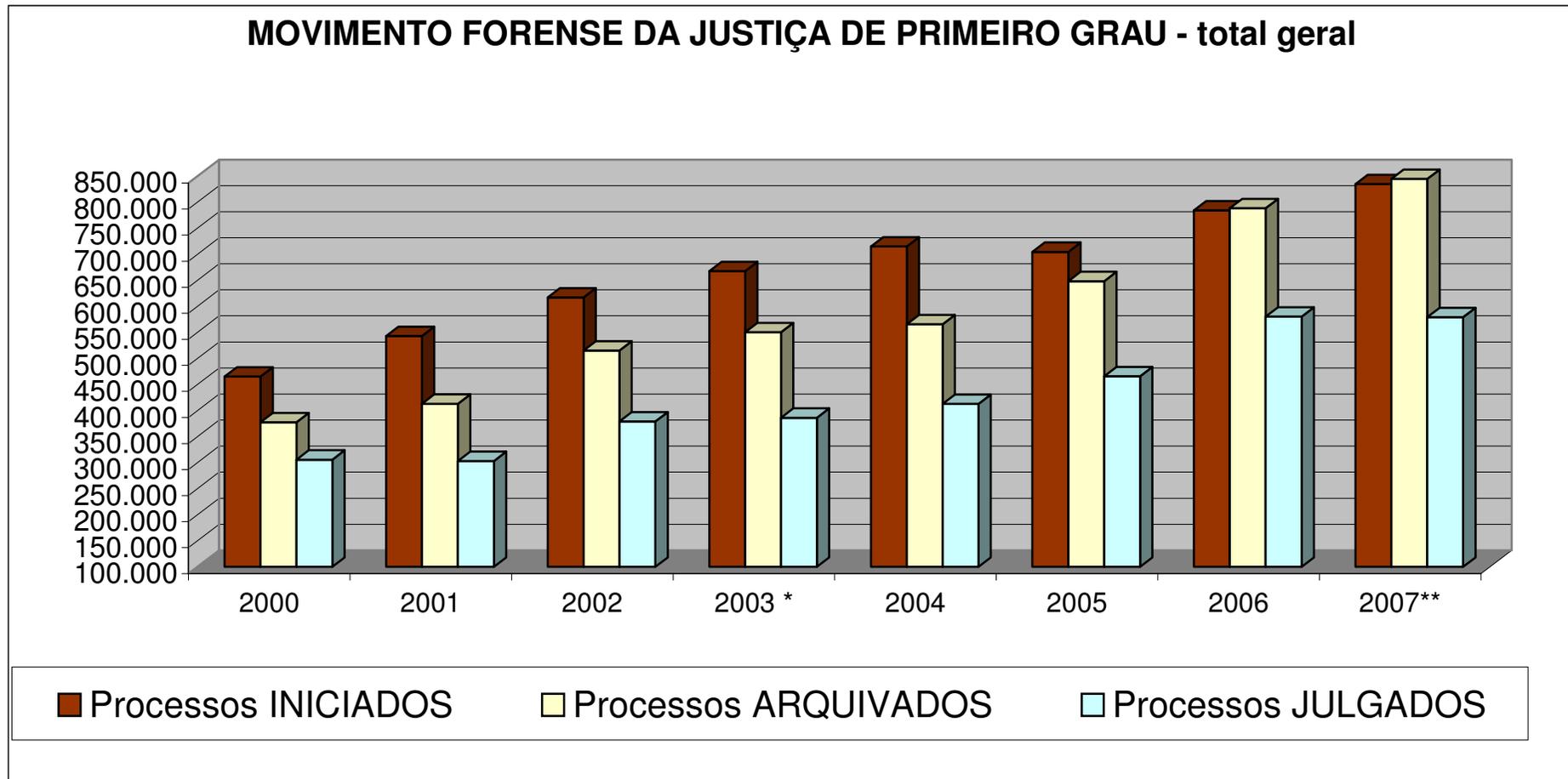
**GRÁFICO 5 – ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO (Quantidade x mês)
(NÚCLEO DE ACESSORAMENTO IV)**



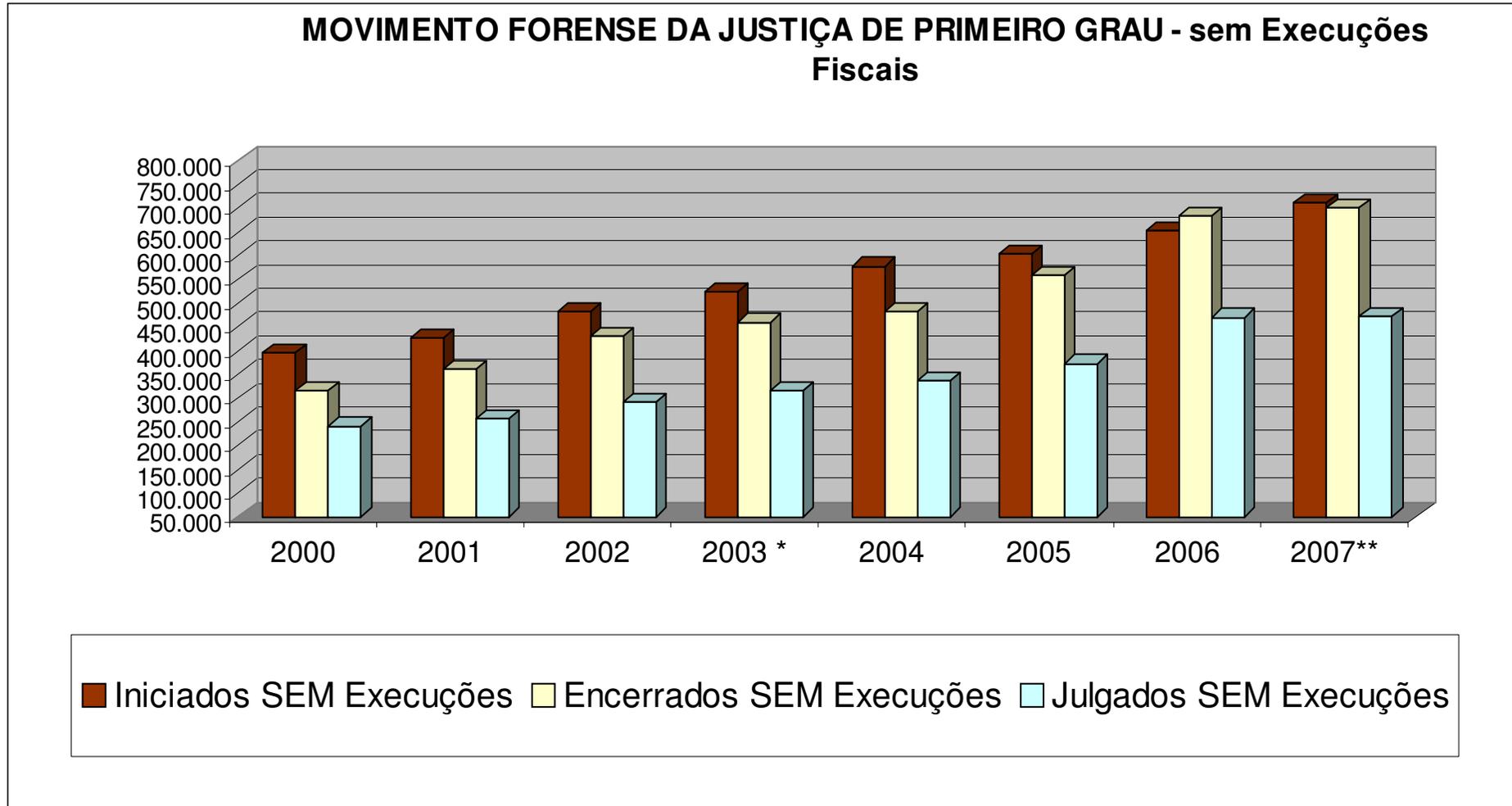
**GRÁFICO 7 – AJUDA DE CUSTO (Valor x mês)
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)**



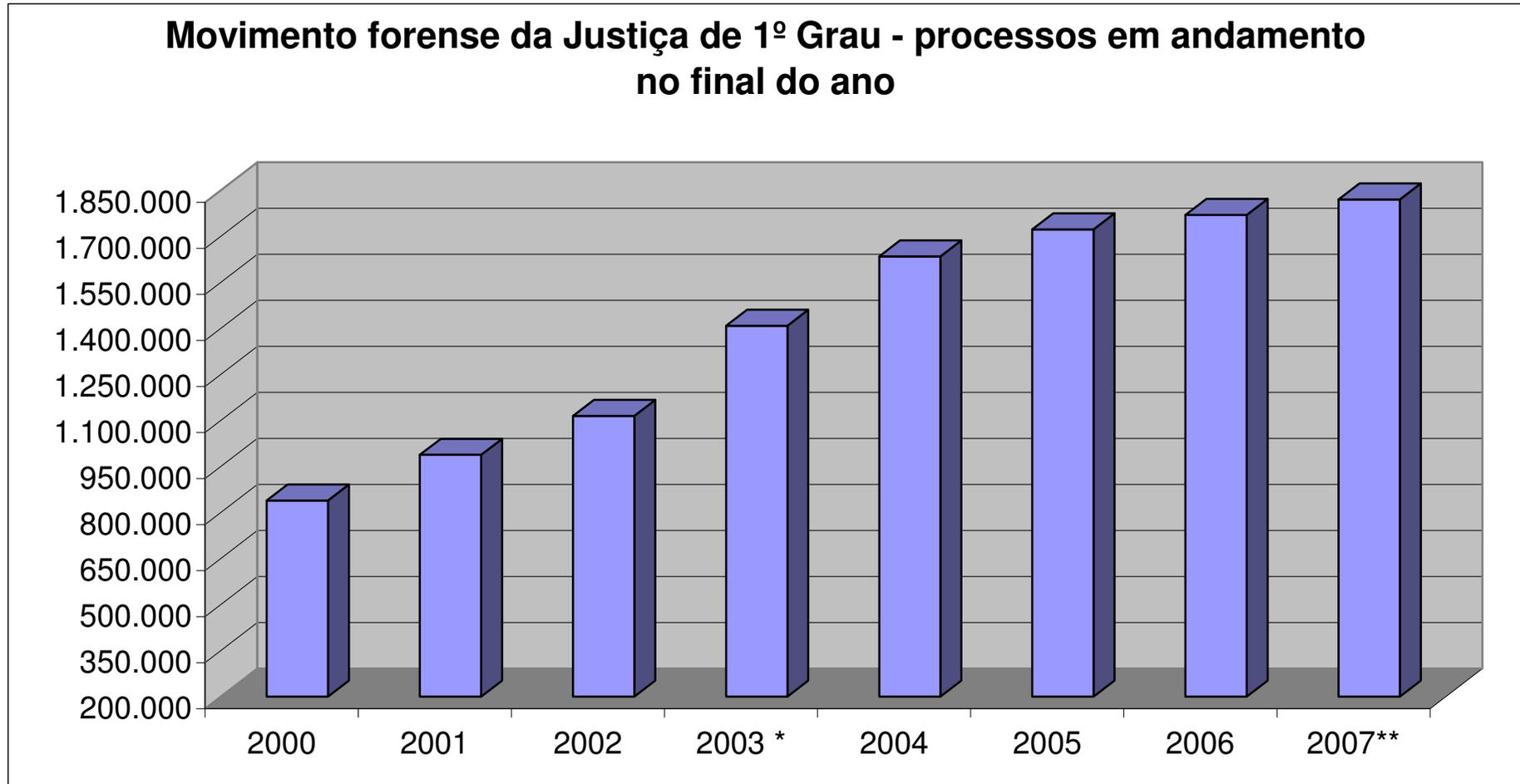
**GRÁFICO 8 – MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU – TOTAL GERAL
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



**GRÁFICO 9 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU - SEM EXECUÇÕES FISCAIS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



**GRÁFICO 10 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO (DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



**GRÁFICO 11 - CASAS DA CIDADANIA - PROCEDIMENTOS SOLUCIONADOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

